

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

RELATÓRIOS DE EDUCAÇÃO INTEGRADA  
E ENSINO SUPLETIVO

VOLUME I  
1ª parte



MARÇO / 1974

Presidente da República:

ERNESTO GEISEL

Ministro da Educação e Cultura:

NEY BRAGA

Presidente do MOBREAL:

ARLINDO LOPES CORRÊA

Secretário Executivo:

MARIA TEREZINHA TOURINHO SARAIVA

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO:

SERGIO MARINHO BARBOSA

PESQUISA:

EELMIRO DUTRA DE CASTILHO  
LUIS CABRAL DE MELO NETO  
MANOEL FORTUNATO SCHOENMAN NETO  
MILTON DE MORAES BURLAMAQUI  
RODOLPHO DA COSTA VASCONCELLOS

RELATÓRIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRADA E DO ENSINO SUPLETIVO

1a. parte - HISTÓRICO DOS SUPLETIVOS ESTADUAIS  
DADOS QUANTITATIVOS  
RESULTADOS DA EDUCAÇÃO INTEGRADA - 1972  
DADOS ORÇAMENTÁRIOS

VOLUME I

REGIÃO NORTE  
REGIÃO NORDESTE

MEC - MOBRAL

## INTRODUÇÃO

Tendo sido incumbidos pelo Secretário Executivo do MOBRAL para esboçar um diagnóstico sobre o Ensino Supletivo no Brasil, desde o início, no princípio de 1973, a levantamentos "in loco" da situação das redes supletivas estaduais, do andamento dos convênios de Educação Integrada do MOBRAL com as Secretarias Estaduais de Educação (SEC/MOBRAL) e com as Prefeituras Municipais (SEMEC/MOBRAL), dos projetos existentes relativos ao Ensino Supletivo não convencional (cursos para Rádio e TV) e dos Exames de Madureza.

Verificamos que, em alguns Estados, é muito difícil a obtenção de dados e informações sobre o Ensino Supletivo já que, muitas vezes, essa modalidade de ensino se restringia a cursos noturnos, com a mesma seriação e orientação pedagógica do Ensino Primário regular e com pouca, ou nenhuma, supervisão.

Além disto, somente em poucos Estados se pode avaliar a produtividade dos convênios de Educação Integrada, devido a uma grande insuficiência de informações. Sabe-se, por outro lado, que em muitos casos a metodologia do curso não tem sido seguida, o que compromete ainda mais a avaliação.

Desta forma, decidimos dividir o trabalho em várias etapas, dentro de um processo dinâmico de avaliação e de informação, onde a cada passo se introduzam as atualizações e os implementos verificados.

Nesta primeira etapa serão apresentados: o Histórico do Ensino Supletivo em cada Estado, os dados quantitativos e as informações que puderam ser obtidas com relação ao Programa de Educação Integrada no ano de 1972. Em etapas posteriores, publicaremos informações sobre: Rádio e TV Educativas e Exames de Madureza; dados globais do Ensino Supletivo (incluindo as redes Federais, Municipais e Particulares); dados relativos aos programas de Educação Integrada a partir de 1973.

## DADOS QUANTITATIVOS DOS SUPLETIVOS ESTADUAIS

O quadro I apresenta os dados obtidos sobre matrículas e aprovações nas diversas redes estaduais de Ensino Supletivo.

QUADRO I  
ENSINO SUPLETIVO - REDES ESTADUAIS  
MATRÍCULAS E APROVAÇÕES

UNIDADE FEDERADA	1 9 7 0			1 9 7 1			1 9 7 2			OBSERVAÇÕES
	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVA- ÇÕES	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVA- ÇÕES	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVA- ÇÕES	
AMAZONAS	876*	639*	467*	851*	621*	453*	6.108 <sup>1</sup>	4.627 <sup>1</sup>	3.422 <sup>1</sup>	1970/71 estimado a partir de 1967 /68/69
PARÁ	13.472*	9.781*	6.788*	16.356	11.874*	8.241*	21.625 <sup>1</sup>	9.907 <sup>2</sup>	7.400 <sup>2</sup>	Admitidas produ- tividades 1968/69
MARANHAO	10.567	6.062	2.854	8.344	6.733	3.480	10.845	8.828	3.119	
PIAUI	6.694	5.596*	4.154*	15.840	12.800*	9.592*	20.203 <sup>1</sup>	14.528 <sup>1</sup>	9.038 <sup>1</sup>	Admitidas produ- tividades 1968/69
CEARA	14.415	12.964	10.180	23.603	18.345	14.405*	29.995	23.313*	18.306*	
R. G. NORTE	1.564*	1.305*	922*	2.013*	1.679*	1.186*	2.712 <sup>1</sup>	-	-	Programa de 1972 encerrado no meio
PARAIBA	12.649	9.950	5.813	12.680	11.155	6.180	12.264	11.275	7.630	
PERNAMBUCO	14.556	13.028*	11.171*	16.376	14.657*	12.568*	17.645 <sup>1</sup>	16.796 <sup>1</sup>	15.580 <sup>1</sup>	Admitidas produ- tividades 1968/69
ALAGOAS	6.536	6.183*	5.187*	6.279	5.234*	2.286	3.629 <sup>1</sup>	3.536 <sup>1</sup>	975	
SERGIPE	1.791	1.621	917	1.883	1.692	984	5.839 <sup>1</sup>	2.804 <sup>1</sup>	1.596 <sup>1</sup>	
BAHIA	23.791	19.378*	14.456*	39.551	32.214*	24.031*	33.870 <sup>1</sup>	25.056 <sup>1</sup>	15.533 <sup>1</sup>	1970/71 admitindo produtividade 1968/69
M. GERAIS	189.939*	147.488*	105.233*	186.150	144.825*	104.216	182.121 <sup>1</sup>	141.827*	102.505*	Admitidas produ- tividades 1968/69
ESP. SANTO	36.693	27.685*	21.290*	44.182*	36.450	27.568	37.602 <sup>1</sup>	33.685	24.744*	
R. JANEIRO	72.881	59.275	47.716*	74.861	74.128	59.673*	98.154	98.561	79.342*	Admitidas aprova- ções 1968/69
GUANABARA	121.133	107.602	52.380	124.349	110.430	59.399	98.442	93.345	48.211	
S. PAULO	121.858	113.601	80.907	181.880	141.685	84.910	183.350	155.023	99.775	
PARANA	19.486	15.137	13.581	17.382	13.503*	12.112*	19.224	14.934*	13.395	
S. CATARINA	7.217	5.716*	4.867*	7.397*	5.859*	4.989	7.595 <sup>1</sup>	4.478 <sup>1</sup>	2.654 <sup>2</sup>	1970/71 admitindo produtividade 1968/69
RIO G. SUL	88.918	57.199	39.534	100.477*	64.635*	44.673*	113.937	76.783	53.057*	
M. GROSSO	2.122*	1.840*	1.533*	2.387*	2.070*	1.725*	13.904	9.762	5.877*	Matrículas 1970/71 obtidas por extrapolação
GOIÁS	15.370	12.058*	9.604*	17.840	13.996*	11.148*	27.062	21.231*	16.911	Admitidas produ- tividades 1968/69
D. FEDERAL	11.964	9.766	8.496	11.319	9.739	7.986	8.695 <sup>1</sup>	7.168 <sup>1</sup>	4.612 <sup>1</sup>	
T O T A L	794.492	643.847	448.050	911.996	732.384	501.705	954.821	777.467	535.682	

(\*) - Estimativa

(1) - Convênio SEC/NOBRAL

(2) - Parcial

Como pode ser observado, diversas estimativas tiveram que ser feitas para completar as lacunas do quadro montado apenas com os dados compilados. Estas estimativas foram feitas tendo como base as evasões e aprovações nos anos anteriores, bem como através de extrapolações e intrapolações a partir de resultados conhecidos.

Em 1970, partindo de uma matrícula inicial de quase 800.000 alunos, verificou-se uma evasão média de 19% e uma reprovação média de 30,5%, tendo sido aprovados cerca de 450.000 alunos. A produtividade média de 1970 foi de 56,4%.

Em 1971, observou-se um aumento de quase 15% nas matrículas iniciais. A produtividade média foi de 55% (20% de evasão e 31,5% de reprovação).

No ano de 1972, com as matrículas iniciais 4,6% maiores que as verificadas no ano anterior a produtividade observada foi de 55,5% (18,6% de evasão e 31,4% de reprovação).

Deve se ressaltar que, na maior parte dos casos, o número de conclusões de curso representam apenas cerca de 20 a 30% das aprovações, índice que deve aumentar consideravelmente com a adoção do Programa de Educação Integrada e a consequente oportunidade de saída de alunos em um espaço mais curto de tempo.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

A) FASE EXPERIMENTAL

Em 1971, o MOBRAL firmou convênios com diversas Prefeituras Municipais, em praticamente todas as Unidades da Federação, para a aplicação em caráter experimental do seu Programa de Educação Integrada. Os resultados quantitativos desta experiência são apresentados no quadro 2, a seguir:



Apesar dos resultados apresentados não serem completos e da produtividade apresentada ter sido de apenas 38,0%, a avaliação pedagógica do Programa apresentou resultados satisfatórios e foi recomendada a sua implantação definitiva a partir de 1972.

B) CONVÊNIOS SEC/MOBRAL - 1972

Em 1972, 17 Secretarias Estaduais de Educação implantaram oficialmente a Educação Integrada em seus Estados, em convênio com o MOBRAL. Segundo estes convênios caberia ao MOBRAL o fornecimento do material didático e o treinamento dos professores para a aplicação da filosofia e da metodologia do Programa.

Na quase totalidade dos Estados, entretanto, a metodologia do MOBRAL foi pouco ou nada utilizada, com a divisão do curso em níveis, séries, etc., contrariando a orientação metodológica transmitida durante os treinamentos, que era no sentido apenas de poder dividir as 720 horas do Programa, que determinam sua equivalência às 4 primeiras séries do 1º grau, em esquemas.

O total de alunos matriculados no 1º mês foi de cerca de 550.000, tendo sido verificada uma produtividade média de 55,5% (Quadro 3).

Q U A D R O - 3

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

CONVÊNIOS SEC/MOBRAL

1 9 7 2

ESTADO	OBS.	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVAÇÃO
AMAZONAS	3 PROJETOS	6.108	4.627	3.422
PARÁ	2 NÍVEIS	21.625	9.907(1)	7.400
MARANHÃO	0	PROGRAMA SÓ	FOI IMPLANTADO	EM 1973
PIAUÍ	2 ESQUEMAS	20.203	14.528	9.038
CEARÁ	0	PROGRAMA SÓ	FOI IMPLANTADO	EM 1973
R.G.DO NORTE	0	PROGRAMA FOI	INTERROMPIDO	NO OITAVO MÊS
PARAÍBA	2 ESQUEMAS	13.542	11.499	7.630
PERNAMBUCO	4 SÉRIES	17.645	16.796	15.880
ALAGOAS	3 NÍVEIS	3.629	3.536	975
SERGIPE	2 ESQUEMAS	5.839	2.804	1.596
BAHIA	2 ESQUEMAS	33.870	25.056	15.533
E.SANTO	2 ESQUEMAS	37.602	33.685	24.744(*)
MINAS GERAIS	4 NÍVEIS	182.121	141.827(*)	102.505(*)
R.JANEIRO	0	PROGRAMA SÓ	FOI IMPLANTADO	EM 1974
GUANABARA	0	PROGRAMA SÓ	FOI IMPLANTADO	EM 1973
S.PAULO	-	62.752	60.957	45.527
PARANÁ	3 NÍVEIS	14.440	12.772	7.310
S.CATARINA	-	7.595	4.478	(1) 2.654
R.G.DO SUL	2 ESQUEMAS	102.949	74.507	-
MATO GROSSO	2 ESQUEMAS	10.011	6.073	3.407
GOIÁS	2 FASES	7.142	-	-
D.FEDERAL	4 ETAPAS	8.695	7.168	4.612
T O T A L		555.768	430.220(2)	(3) 251.933

(\*) Estimativas

(1) Resultados Parciais

(2) Exclusive Goiás

(3) Exclusive Rio Grande do Sul e Goiás

C) CONVÊNIOS SEMEC/MOBRAL - 1972

Além dos convênios com as Secretarias Estaduais de Educação, o MOBRAL assinou também convênios com 466 Prefeituras Municipais (Convênios SEMEC/MOBRAL) em 11 Estados. O acompanhamento dos convênios não pôde ser feito a contento, inclusive porque as Prefeituras não dependiam do MOBRAL para pagamento dos professores ( O MOBRAL contribuía, ainda aqui, apenas com Material Didático e Treinamento dos Professores).

O número de alunos conveniados foi superior a 170.000, conforme se observa no Quadro 4 e, segundo estimativas baseadas nos resultados parciais obtidos, o número de aprovações estaria em torno de 52.000, o que significaria uma produtividade média (APROVADOS/CONVENIADOS) de cerca de 30%.

Q U A D R O - 4

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

CONVÊNIOS SEMEC/MOBRAI

1 9 7 2

ESTADO	MUNICÍPIOS CONVENIADOS	ALUNOS CONVENIADOS	OBSERVAÇÕES
AMAZONAS	NÃO	FORAM ASSINADOS	CONVÊNIOS EM 1972
PARÁ	6	6.456	APROVAÇÕES ESTIMADAS: 2.150
MARANHÃO	NÃO	FORAM ASSINADOS	CONVÊNIOS EM 1972
PIAUI	NÃO	FORAM ASSINADOS	CONVÊNIOS EM 1972
CEARÁ	NÃO	FORAM ASSINADOS	CONVÊNIOS EM 1972
R.G.NORTE	NÃO	FORAM ASSINADOS	CONVÊNIOS EM 1972
PARAÍBA	2	3.337	MATRÍCULA INICIAL: 2.608; MATRÍCULA FINAL : 1.912; 1.702 APROVAÇÕES
PERNAMBUCO	3	2.057	MATRÍCULA INICIAL: 892; MATRÍCULA FINAL : 807; 753 APROVAÇÕES
ALAGOAS	3 (1)	562	223 APROVAÇÕES (PRODUT.39,7%)
SERGIPE (2)	4	1.143	MATRÍCULA INICIAL: 1.128; MATRÍCULA FINAL : 814; APROVAÇÕES: 515
BAHIA	1	19.000	MATRÍCULA INICIAL: 9.313; MATRÍCULA FINAL : 5.966; 2.662 APROVAÇÕES
ESP.SANTO	0	PROGRAMA NÃO	FOI IMPLANTADO EM 1972
M.GERAIS	89	11.286	APROVAÇÕES ESTIMADAS: 3.000
R.JANEIRO	0	PROGRAMA NÃO	FOI IMPLANTADO EM 1972
S.PAULO	251	110.313	APROVAÇÕES ESTIMADAS:33.570
PARANÁ	32	7.635	APROVAÇÕES ESTIMADAS: 2.860
S.CATARINA	69	8.821	APROVAÇÕES ESTIMADAS: 2.850
R.G.SUL	6	2.563	1.639 APROVAÇÕES
MATO GROSSO	NÃO	FORAM ASSINADOS	CONVÊNIOS EM 1972
GOIÁS	NÃO	FORAM ASSINADOS	CONVÊNIOS EM 1972
T O T A L	466	173.173	

(1) - Foram assinados convênios com 28 municípios, mas somente 17 iniciaram as aulas e 3 chegaram ao final do Curso.

(2) - O Curso funcionou em 2 esquemas.

1. REGIÃO NORTE

1. HISTÓRICO

Há poucas informações sobre o Ensino Supletivo no Estado.

Até 1971, o Supletivo no Estado funcionou nos moldes do Primário Noturno, ligado ao Departamento do Ensino Primário, em seriação, não havendo praticamente nenhuma adaptação pedagógica à Educação de Adolescentes e Adultos.

Em 1971, com a experiência piloto de Educação Integrada, o Primário Noturno começou a desaparecer.

Em 1972, com a implantação da Educação Integrada na Capital e em 19 Municípios do interior, o antigo Primário Noturno se limitou a atuar em alguns Municípios do interior, onde a Educação Integrada não pode ser implantada.

2. DADOS QUANTITATIVOS

Na Capital, o Primário Noturno funcionou vários anos em 10 colégios, aproveitando sua capacidade ociosa, atendendo uma clientela de aproximadamente 10.000 alunos, com o índice de aprovação de 60%, conforme estimativa da Fundação Educacional do Amazonas.

No interior, funcionou em cerca de 30 unidades escolares, em vários Municípios, com o atendimento a uma clientela de 400 alunos.

Não havia rigidez no controle e na fiscalização, por parte do D.E.P., das atividades do Primário Noturno, isto devido em parte à precariedade das comunicações, principalmente no interior. Este fato veio prejudicar a formação de um serviço de estatística e documentação sobre o Supletivo.

A Coordenação de Ensino Supletivo afirma não dispor, em seus arquivos, de nenhum dado estatístico sobre o Supletivo até o ano de 1971.

Em 1972, o "Plano Estadual de Implantação da Lei nº 5.692/71" prevê a reestruturação do Ensino de 1º e 2º grau no Estado e a criação de um órgão encarregado especificamente do Supletivo: a Coordenação do Ensino Supletivo, que está diretamente subordinada a Fundação Educacional do Amazonas (FEA).

### 3. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

#### 3.1 - Fase Experimental - 1971

Apesar dos dados não estarem completos, o quadro a seguir apresenta a situação do Programa em 11 municípios.



A Educação Integrada foi implantada no ano de 1972, com a seguinte estrutura e funcionamento:

O programa de Educação Integrada (correspondente às 4 primeiras séries do 1º Grau), foi dividido em 3 projetos conforme os pré-requisitos da clientela, (PROJETO I, II e III).

PROJETO I - duração 12 meses: destinado aos recém-alfabetizados do MOBRAL e aos alunos de escolaridade correspondente às 2a. e 3a. séries do curso primário.

PROJETO II - duração 6 meses: destinado aos alunos ao nível de 4a. série do primário comum.

PROJETO III- duração de 4 meses: destinado aos alunos ao nível de 5a. série do primário comum.

O Material Didático usado era o do MOBRAL, ficando sua adaptação a cargo do professor, que foi previamente treinado pelo MOBRAL Central e pela C.E.S. (Coordenação do Ensino Supletivo).

Os quadros seguintes apresentam os dados fornecidos pela Fundação Educacional do Amazonas com relação ao Programa.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO AMAZONAS  
 COORDENAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO  
 EDUCAÇÃO INTEGRADA - SEC  
 INTERIOR - 1972

QUADRO RESUMO

M U N I C I P I O S	PROJETO I		PROJETO II		PROJETO III	
	MAT.	APROV.	MAT.	APROV.	MAT.	APROV.
1 - BARCELOS	-	-	56	46	-	-
2 - BENJAMIN CONSTANT	66	43	20	9	-	-
3 - BORBA	44	41	21	19	13	12
4 - COARÍ	45	34	183	133	84	63
5 - CAREIRO	18	13	101	75	-	-
6 - FONTE BOA	40	23	33	25	25	18
7 - HUMAITÁ	38	25	24	18	17	12
8 - IPIXUNA	70	29	35	32	-	-
9 - ITACOATIARA	246	224	208	148	242	173
10 - ITAPIRANGA	66	24	-	-	-	-
11 - MANACAPURU	84	63	111	87	134	114
12 - MANICORÉ	140	104	140	93	-	-
13 - MAUÉS	168	123	190	173	202	161
14 - NOVO ARIPUANÁ	-	-	-	-	31	27
15 - PARINTINS	249	179	272	195	356	266

M U N I C Í P I O S	PROJETO I		PROJETO II		PROJETO III	
	MAT.	APROV.	MAT.	APROV.	MAT.	APROV.
16 - SILVES	35	27	-	-	-	-
17 - TEFÉ	111	82	210	152	245	173
18 - URUCARÁ	25	15	89	60	-	-
19 - URUCURITUBA	70	36	70	52	-	-
	1.515	1.085	1.763	1.318	1.349	1.019
	MATRICULADOS			APROVADOS		
PROJETO I	1.515			1.085		
PROJETO II	1.763			1.318		
PROJETO III	1.349			1.019		
	4.627			3.422		

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO AMAZONAS  
COORDENAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO  
EDUCAÇÃO INTEGRADA-SEC  
CAPITAL - 1972

	MATRÍCULA	EVASÃO	APROVAÇÃO	PRODUTIVIDADE (%)
PROJETO I	4.969	1.090	2.790	56,1
PROJETO II	2.810	294	2.439	86,8
PROJETO III	2.569	600	1.942	75,6
	10.348	1.984	7.171	69,3

3.3 - CONVÊNIO SEMEC/MOBRAI

Segundo informações da COEST, não houve possibilidade de de convênios diretos com municípios, já que estes não possuíam infra-estrutura adequada para o desenvolvimento do Programa.

4. - DADOS ORÇAMENTÁRIOS

1969/72

Não foi possível coletar dados padronizados que forneçam, especificamente, as dotações para o Ensino Supletivo.

Seguem os quadros que mostram o comparativo dos Recursos da Secretaria de Educação e Cultura na Receita própria do Estado, e sua origem e destinação.

ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS  
PERÍODO 1967/1972

ANO	VALOR CORRENTE		%	ORÇAMENTO SEDUC	%	COMPARATIVO
	ESTADO	SEDUC		VALOR CONSTANTE		
				Cr\$ 1.000 (1972)	VARIAÇÃO PERCENTUAL S/ANO ANTERIOR	ANO BASE 67=100
1957	66.771.200,00	7.544.636,00	11,29	20.218	-	100,0
1968	78.088.351,22	13.211.934,56	16,93	28.501	+ 14	141,0
1969	96.053.261,00	17.421.312,00	18,13	31.122	+ 9	154,0
1970	138.416.020,00	23.898.057,00	17,26	35.639	+ 14,5	176,0
1971	188.224.778,00	23.301.805,00	12,37	28.443	- 20,2	141,0
1972	297.991.000,00	30.747.264,00	10,31	30.747	+ 28,6	152,0

FONTES: ORÇAMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS

CÁLCULOS: SEDUC

DADOS ORÇAMENTÁRIOS DE EDUCAÇÃO

ESTADO DO AMAZONAS

D I S C R I M I N A Ç Ã O	1969	1970	1971	1972
- Total Secretaria da Educação	17.421.312,00	23.898.057,00	19.588.805,00	30.747.264,00
- Departamento do Ensino Primário. (Excluindo Bem Estar Social = Cr\$ 406.912,00)	8.100.740,00			
- Para aplicação nos projetos prio- ritários do ensino primário				
- Fundação Educacional do Amazonas. Manutenção do Ensino Profissio- nal, do Ensino Primário e Ensino Médio			3.336.486,00	
- Somente da Arrecadação Estadual				10.858.264,00
- Fundo de Participação				12.389.000,00
- Outros				7.500.000,00
- Relativo a Ensino Fundamental; incluindo: 1 - Arrecadação Estadual 2 - Transferência União				9.886.637,00 2.000.000,00 3.386.637,00
- Relativo ao Detalhamento das despesas c/ Ensino Complementar				2.270.000,00

ESTADO DO AMAZONAS

COMPARATIVO DOS RECURSOS DA SEDUC NA RECEITA PRÓPRIA DO ESTADO

ANOS	RECEITA PRÓPRIA ESTADUAL ARRECADADA		%	ORÇAMENTO DA SEDUC CR\$ DE 1972 (*)	%	COMPARATIVO ANO BASE 67=100
	CR\$ CORRENTES					
	TOTAL DA ARRECADADAÇÃO	PARCELA LIBERADA PARA SEDUC				
1967	19.721.984	3.733.312	18,92	10.004	+ -	100,0
1968	36.451.737	5.983.844	16,41	22.908	+ 29,0	129,0
1969	57.829.358	9.422.533	16,29	16.833	+ 30,0	168,0
1970	70.499.713	14.484.766	20,54	21.601	+ 28,0	215,0
1971	-	-	-	-	-	-
1972	-	-	-	-	-	-

CÁLCULOS: ASSESSORIA DA S.E.C.

NOTA: (\*) Estimativa na Suposição de Inflação = 22%

ESTADO DO AMAZONAS

COMPARATIVO DOS RECURSOS DA SEDUC NA RECEITA PRÓPRIA DO ESTADO

ANOS	RECEITA PRÓPRIA ESTADUAL PREVISTA		%	ORÇAMENTO DA SEDUC Cr\$ de 1972 (*)	%	COMPARATIVO ANO BASE=67=100
	CR\$ CORRENTES					
	ESTADO	PARCELA DESTI NADA A SEDUC				
1967	31.494.200	7.037.836	22,34	18.859	-	100,0
1968	39.233.870	8.946.453	22,80	19.300	+ 2,3	102,3
1969	45.348.261	13.937.050	30,73	24.898	+ 29,0	132,0
1970	61.513.700	17.466.160	28,39	26.047	+ 4,5	138,1
1971	82.675.000	6.657.344	8,05	8.125	- 69,8	43,1
1972	146.053.000	10.858.264	7,43	10.858	+ 33,6	57,6

CÁLCULOS: ASSESSORIA DA S.E.C.

NOTA: (\*) Estimativa na Suposição de Inflação = 22%

B), PARÁ1. HISTÓRICO

O ensino supletivo no estado funcionava sob a forma de "cursos noturnos" até 1965 quando, pela Resolução nº 66, de 24/09/65, foi reestruturado tomando a designação de Curso Supletivo.

A partir deste momento o Ensino Supletivo passou a ser ministrado sob duas modalidades:

- (a) - REGULAR - com o objetivo de oferecer educação básica e preparação diversificada, atendendo às necessidades dos alunos e às exigências da sociedade.

Este curso era ministrado com a duração mínima de 5 ou 6 anos, num período letivo mínimo de 160 dias e 15 horas semanais de atividade de classe, com currículo idêntico ao do primário comum.

- (b) - EXTRAORDINÁRIO - de caráter intensivo, visando à indicação ou aperfeiçoamento profissional e levando o estudante à sua plena integração nas atividades do grupo social a que pertence. Este grupo destinava-se a alunos maiores de 18 anos e tinha como objetivo ministrar escolaridade primária em 2 (dois) anos com 200 dias letivos. Abrangia dois ciclos: o 1º, incluindo a 1ª e 2ª séries; o 2º incluindo a 3ª e a 4ª séries.

Em ambos os ciclos, o currículo compreendia as disciplinas básicas: Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. Para concluir a 5ª série o aluno teria que frequentar o Curso Regular.

Posteriormente, de acordo com a Resolução 11/70 do Conselho Estadual de Educação, o Curso Supletivo passou a ser ministrado em 3 níveis de ensino, com a duração de 3 anos.

Em decorrência dessa Resolução e da diversificação dos Cursos Regular e Extraordinário, a Divisão do Ensino Supletivo (DES) sentiu a necessidade de unificar o Ensino, obedecendo ao seguinte critério:

1º nível: Alfabetização e 1ª série

2º nível: 2ª e 3ª séries

3º nível: 4ª e 5ª séries

Esta nova estrutura trouxe as seguintes vantagens:

- estímulo à permanência na escola e conclusão dos estudos;
- economia por parte do Governo Estadual, (pela eliminação de programas paralelos).

O currículo, por sua vez, também sofreu reformulação, sendo elaborado de maneira a fornecer simultaneamente educação básica e orientação condizente com as necessidades da comunidade.

O artigo 14 dessa Resolução determina, para o Curso Supletivo, o seguinte currículo:

Disciplinas obrigatórias:

Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais e Educação Moral e Cívica.

Práticas Educativas obrigatórias:

Educação para a Vida no Lar e na Comunidade (incluindo Educação Sanitária, relacionado com o programa de Ciências Naturais).

Práticas Educativas optativas:

Noções de Desenho, Artes Industriais, Trabalhos Manuais, Religião, Puericultura, Mecanografia, Noções de Eletricidade, Dramatização, Artes Femininas, Primeiros Socorros.

As disciplinas e práticas educativas obrigatórias eram ministradas em todas as séries do curso supletivo.

Com o advento da lei 5.692, o Ensino supletivo passou a ter nova concepção, abrangendo todos os cursos que proporcionem continuidade de estudos, aperfeiçoamento ou atualização "para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte".

Conforme resolução do DEE, em 1973 foi criado o Departamento de Ensino Supletivo.

#### 1.2. MATRÍCULA, DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO

Em 1971 o Ensino Supletivo atendeu 21.589 alunos, sendo 15.327 matriculados na capital e 6.262 no interior.

A presença da esfera pública é marcante, com uma participação de 88,7% (19.148 alunos), enquanto a particular teve uma contribuição de apenas 11,3% (atendimento de 2.441 alunos).

A Secretaria de Educação atendeu 10.094 alunos na capital, estendendo seu raio de ação a 44 municípios, num total de 6.262 alunos, perfazendo um total de 16.356 alunos.

A rede municipal, por sua vez, é responsável por 18,2% das matrículas, atendendo a 2.792 alunos, com uma área de ação restrita apenas à capital.

Vale ressaltar que do atendimento de 2.441 alunos pela rede particular, 1.033 foram atendidos por 8 unidades de ensino em convênio com o Estado e 1.219 alunos em convênio com o município, fato que indica, portanto, a maior participação dessas duas esferas públicas, com um atendimento real de 21.400 alunos.

FONTE: DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ - 1972

2. DADOS QUANTITATIVOS:

- MATRÍCULA GERAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- CAPITAL E INTERIOR - 1971 -

ESPECIFICAÇÃO	MATRÍCULA	ENSINO PÚBLICO						ENSINO PARTICULAR			
		ESTA DUAL	%	MUNI- CIPAL	%	TOTAL	%	EM CON- VENIÃO	SEM CONVE- NIO	TOTAL	
										ABSOLUTO	%
Capital	41.327	10.094	65,9	2.792	18,2	12.886	84,1	2.252	189	2.441	15,9
Interior	6.262	6.262	100,0	-.-	-.-	6.262	100,0	-.-	-.-	-.-	-.-
T O T A L	20.589	16.356	75,8	2.792	12,9	19.148	88,7	2.252	189	2.441	11,3

FONTE: DES - SEDUC - PARÁ  
SEMEC

Diagnóstico Educacional do Estado do Pará  
CEE - Ass. de Planejamento Educacional

Os dois quadros seguintes nos fornecem os números absolutos, da Capital e do Interior, relativos aos anos de 1969 a 1972, do Ensino Supletivo da Rede Estadual.

Os quadros a seguir nos dão a qualificação dos professores no período de 1969 a 1972. À primeira vista percebe-se logo que o maior número se concentra no nível Pedagógico (normalista do 2º ciclo) e há menos concentração em professores leigos, que embora em 1969 atingissem um dos mais altos níveis, caíram sensivelmente, nos anos seguintes, em face da política de treinamento e aproveitamento de recursos humanos da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO do Estado.

QUALIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO

CAPITAL E INTERIOR

1969 A 1972

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	1 9 6 9			1 9 7 0			1 9 7 1			1 9 7 2		
		CAPI-TAL	INTE-RIOR	TOTAL									
01	NORMALISTAS DO 1º CICLO REGEN-TES	20	120	140	15	100	115	10	94	104	29	71	100
02	NORMALISTAS DO 2º CICLO PEDAGÓGICOS	180	24	204	250	40	290	273	44	317	284	132	416
03	LEIGAS	10	256	266	5	100	105	3	56	59	3	82	85
TOTAL GERAL		210	400	610	270	240	510	286	194	480	316	285	601

O Quadro seguinte apresenta as matrículas por níveis referentes ao 1º semestre de 1972, na capital e no interior, inclusive os cursos de Educação Integrada do convênio SEDUC/MOBRAI (2º nível da nova estrutura).

MATRÍCULAS POR NÍVEIS E LOCALIDADES  
1º SEMESTRE - 1972

MATRICULADOS	REFORÇO	1º NÍVEL	2º NÍVEL	3º NÍVEL	TOTAL
CAPITAL	1.268	1.339	4.004	6.235	12.846
INTERIOR	1.246	1.317	4.004	6.213	12.780
TOTAL	2.514	2.656	8.008	12.448	25.626

Ainda referente ao 1º semestre de 1972 os dados relativos a unidades escolares, salas de aula, na capital e no interior e o nº de municípios atendidos, são os seguintes:

SALAS DE AULA - UNIDADES ESCOLARES - POR LOCALIZAÇÃO  
MUNICÍPIOS ATENDIDOS  
1º SEMESTRE - 1972

	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL GERAL
Nº DE SALAS	337	250	587
UNIDADES ESCOLARES	42	78	120

Na capital, das 42 Unidades Escolares, temos 33 Grupos Escolares e 9 Escolas R.C.

No interior, em 47 municípios, das 78 Unidades Escolares, temos 66 Grupos Escolares, 7 Escolas (Regime Convênio) e 5 Escolas Reunidas.

3 - DADOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Estadual

(Em Cruzeiros)

SUB - PROGRAMA	1 9 6 9	1 9 7 0	1 9 7 1	+ 1 9 7 2	+ 1 9 7 3
- Administração	11.197.239,62	1.463.823,46	1.690.094,29	795.000,00	1.655.000,00
- Ensino Fundamental	3.283.499,68	18.452.621,48	19.754.524,29	25.221.000,00	43.189.500,00
- Ensino Médio e Superior	8.762.368,89	8.038.898,71	12.582.054,49	11.285.100,00	14.539.100,00
- Ensino Excepcionais	-	142.065,82	163.509,03	-	-
- Educação Física, Recreação e Desportos	48.412,00	898.745,56	697.619,32	1.088.100,00	1.521.300,00
- Ensino e Difusão Artística e Cultural	53.388,28	153.070,12	197.423,54	810.000,00	960.000,00
- Treinamento e Aperfeiçoamento	80.983,24	237.756,28	202.698,83	-	-
- DIVERSOS	708.041,42	-	-	-	-
T O T A L	24.133.933,11	29.386.981,43	35.287.923,81	39.199.200,00	61.864.900,00

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO - 1969/1971  
 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - 1972/1973  
 + PREVISTA - 1972/1973

Fornecidos pela Secretaria de Estado e Educação e Cultura - Central de Planejamento

OBS: Não foi possível coletar os dados segundo os SUB-PROGRAMAS por fonte de recursos.  
 Em 1973, do total de Cr\$61.864.900,00, há recursos da Secretaria de Viação e Obras Públicas no valor de Cr\$1.620.000,00, destinadas a construção e melhoramentos de unidades escolares.

### 3.2. SEMEC - BELÉM

#### Orçamento

As dotações estão globalizadas em Gabinete e Divisões (de Administração e Ensino Primário), devido ao constante remanejamento das verbas de 1 divisão para outra (quando falta num setor é retirado de outro - 2º a Diretora da Divisão Administrativa); portanto, não foi possível situar o gasto e o recebido no Setor de Ensino Primário.

Em 1971 foi retirada do orçamento a quantia de CR\$1.000.000,00 para a FEMB ( Fundação Educacional de Belém).

Em 1972, além de Educação e Cultura, o setor de Turismo aí está globalizado; igualmente, o gasto com a Escola Artesanal Souza Castro e a FEMB (Cr\$ 317.848,00 , Cr\$ 96.063,96, Cr\$ 1.320.000,00, respectivamente).

Em 1973, com a criação do Departamento de Turismo houve um acréscimo na dotação de Cr\$764.580,28 para a Escola Artesanal, de Cr\$137.559,12 para a Biblioteca Municipal de ICOARACI (Distrito de Belém) e a quantia de Cr\$96.600,00 e para a FEMB - Cr\$ 1.535.000,00.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
ORÇAMENTO ( Em Cruzeiros)

ANO	GABINETE E DIVISÕES	TOTAL ORÇAMENTO	RECEBIDO	PAGO	DEPARTAMENTO DE TURISMO	ESCOLA ARTESANAL SOUZA CASTRO	BIBLIOTECA PROFESSOR A. ROCHA	F E M B
1969	2.686.544,84	2.686.544,84	1.453.108,98	1.451.568,36				
1970	2.845.844,84	2.845.844,84	2.128.078,86	2.126.530,30				
1971	3.923.500,00	4.923.500,00	2.475.281,86	2.475.281,86				1.000.000,00
1972	5.915.093,72	7.649.005,68	3.417.672,27	3.417.672,27	317.848,00	96.063,96		1.320.000,00
1973	9.555.822,20	11.699.557,60			389.580,28	122.555,12	96.600,00	1.535.000,00

TOTAL DE PESSOAL - 1969 - 1.414.783,98  
1970 - 1.594.529,71

1971 - 1.786.102,85  
1972 - 2.222.214,80

#### 4. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

##### 4.1. FASE EXPERIMENTAL - 1971

#### EDUCAÇÃO INTEGRADA

#### FASE EXPERIMENTAL- 71

MUNICÍPIO	DATA ASS. CONVEN.	ALUNOS CONVEN	M A T R Í C U L A				APROV.	PROD. %	REPROV. %	E V A S Ã O			Nº DE TURMAS
			INIC	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIATA	D.I.(%)	D.M.(%)	
ALMERIM	1/6/71	72	73	65	60	44	29	40,2	34,0	29	-1,4	39,7	02
SANTARÉM	8/7/71	125	125	117	112	79	70	56,0	11,4	46	0	36,8	05
T O T A L		197	198	182	172	123	99	50,3	19,5	75	-0,5	37,9	07

FONTE: SECON - MOBRAL CENTRAL

##### 4.2. CONVÊNIO SEC/MOBRAL

Apesar da falta de dados a respeito do trabalho de avaliação em sala de aula junto ao professorado, nota-se que a execução do Programa de Educação Integrada está sendo prejudicada na sua quase totalidade.

Através do contato mantido com o pessoal do DESU da SEDUC, observou-se a dificuldade de um trabalho operacional devido aos obstáculos da organização burocrática e anti-funcional da SEDUC.

Foram constatados alguns pontos de estrangulamento, na execução do Programa por técnicos do MOBRAL/CENTRAL durante período de treinamento em Belém para professores de Educação Integrada em maio de 1973. São eles:

O curso primário supletivo se desenvolve em dois níveis:

- 1º nível, objetivando reforço aos alunos recém-alfabetizados;
- 2º nível, que é o programa de Educação Integrada propriamente dito.

Foi observado, durante visitas às classes, que nas turmas de 1º nível estava sendo utilizado material didático correspondente às 1ª e 2ª séries do antigo curso primário.

- Nas turmas de 2º nível, chamadas da Educação Integrada, os alunos não usavam o material do MOBRAL e sim o livro "AMAZÔNIA".

Observou-se, também, que a metodologia do Programa de Educação Integrada não estava sendo seguida, concluindo, assim, que o Programa neste Estado está bastante prejudicado.

- O quadro seguinte foi elaborado para visualização global de todos os municípios onde, teoricamente, seria executado o programa fruto do convênio de 06/03/72, e atenderia uma previsão de cerca de 23.274 alunos de 51 municípios. O nome dos municípios e previsão da quantidade de alunos a atender, nos foi fornecido pela Gerência Pedagógica do MOBRAL. O que constatamos, baseados na análise em campo e dos dados coletados é que este quadro não somente se refere à Educação Integrada (2º nível), mas abrange também o 1º nível, que não segue a metodologia do MOBRAL e nem usa o material didático do mesmo.

4.2

## EDUCAÇÃO INTEGRADA

CONVÊNIO SEC/MOBRAL

CONVÊNIO DE 06/03/72

MUNICÍPIO	PREVISÃO DE ALUNOS PARA ATENDIMENTO	M A T R Í C U L A				APROV.	PROD. %	REPROV. %	E V A S Ã O		
		INIC.	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIATA	D.I. (%)	D.M. (%)
ABAETETUBA	585	299			253	221	75,9	12,6	46	48,7	15,4
ALENQUER	138	225								-63,0	
ACARA	235										
ALMEIRIM	176	169			166	159	94,0	4,2	3	4,0	1,8
ANANINDEUA	654	48			40	36	75,0	10,0	8	92,7	16,7
AUGUSTO CORREIA	124	124								0	
BAGRE	42	55								-30,9	
BARCARENA	130			150							
BAIAO	75			50							
BELEM	13.860	11.942	11.406	10.797	8.598	6.598	51,3	26,4	2.980	15,8	24,9
BENEVIDES	123			52							
BRAGANÇA	533	855	770							-60,4	
BUJARU	88	59		53	27	22	57,2	18,5	32	32,9	54,2
CAMETA	144	192		196	181	158	82,3	12,7	11	-55,3	5,7
CAPANEMA	782	513		431						34,4	
CAPITAO POÇO	144	246								-70,8	
CASTANHAL	598	456								23,7	
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	117	117								0	
CURRALINHO	40	120								-200,0	
CURUÇA	128	130								-1,5	
IGARAPE-AÇU	235	90								61,7	
IGARAPE-MIRIM	135	87			61	47	54,0	22,9	26	35,6	29,9
IRITUIA	88	70								20,4	
ITAITUBA	90	73	59							18,9	
ITUPIRANGA	65	65								0	
JACUNDA	16			50							
JURUTI	120	122	104							1,7	
MAGALHAES BARATA	127										
MARABA	410	350	340							14,6	

MUNICÍPIO	PREVISÃO DE ALUNOS PARA ATENDIMENTO	M A T R Í C U L A				APROV.	PROD. %	REPROV. %	E V A S A O		
		INIC	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIATA	D.I.(%)	D.N.(%)
MOCAJUBA	120			165							
MONTE ALEGRE	123	81			80	64	79,0	20,0	1	42,28	1,2
MUANA	140			82							
OEIRAS DO PARA	85	122	90							-43,5	
OUREM	120	94								21,7	
PONTA DE PEDRA	123	59	61		47	37	62,7	21,5	12	52,0	20,3
PRAINHA	43	43								0	
PRIMAVERA	144	130								9,7	
SALINÓPOLIS	120	90								25,0	
SANTANA DO ARAGUAIA	69	78	77		78	40	51,3	48,7	0	-13,0	0
SANTAREM	910	2.512	2.260		1.440	1.259	50,1	12,6	1.072	-176,0	42,7
STO. ANTONIO DO TAUÁ	120	144								-20,0	
S. CAETANO ODIVELAS	42	58								-38,1	
S. FELIX DO XINGU	120	34								71,7	
S. JOAO DO ARAGUAIA	43	61								-41,9	
S. MIGUEL DO GUAMA	84	79								5,9	
S. SEBASTIAO B. VISTA	120	130		112						-8,3	
STA. ISABEL DO PARA	160	192		166						-20,0	
SOURE	148	122		106						17,6	
TOME AÇU	120	144	149		44	25	30,6	43,2	100	-20,0	69,4
VIGIA	310	274		248	173	134	48,9	22,5	71	11,6	25,9
VIZEU	130	117		102						10,0	
T O T A L	23.274	21.625								0,7	

4.3 - CONVÊNIO SEMEC/MOBRAL

Na fase de implantação definitiva, conveniaram com o MOBRAL Central, seis prefeituras municipais, abrangendo 6.456 alunos. O quadro que segue não está completo, devido ao não-fornecimento dos dados à Coordenação Estadual.

EDUCAÇÃO INTEGRADA  
SEMEC - MOBRAL

1972

MUNICÍPIO	DATA ASS. CONVEN.	ALUNOS CONVEN.	MATRÍCULA				APROV.	PROD. %	REPROV. %	EVASÃO			Nº DE PROF
			INIC.	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MÉDIA TA	D.I.(%)	D.M.(%)	
BELÉM	24/03/72	5.588	5.588	965							0		80
IGARAPÉ-MIRIM	04/04/72	200	144								28,0		8
ALTAMIRA	05/05/72	228	267								-17,1		9
BRAVES	10/04/73	50	66				21	42,0			- 8,0		2
INHANGAPI	05/04/72	160	175	153	135	20	16	10,0	20,0	155	- 9,4	88,6	5
S.DOMINGOS DO CAPIM	28/03/72	230	220	200	168	147	110	47,8	25,2	73	4,3	33,2	12
TOTAL		6.456	6.460								0		

2. REGIÃO NORDESTE

A) MARANHÃO1 - HISTÓRICO

Assim como nos demais estados, o ensino primário supletivo veio funcionando no Estado do Maranhão na forma dos antigos Grupos Escolares Noturnos. Contudo, esta categoria de ensino é marcada no Maranhão por uma experiência pioneira e característica: o Projeto João de Barro.

O Projeto João de Barro - criado em 1967 e vinculado diretamente ao Gabinete do Secretário - visa, através de um processo de educação integral, em nível elementar, inserir o homem rural maranhense no processo de desenvolvimento sócio - econômico. Como finalidade imediata, visa obter a participação ativa das comunidades rurais na solução do problema educacional, a partir da construção de uma escola.

Na perspectiva do Projeto, a Escola "João de Barro" caracteriza-se por:

- ser uma construção de baixo custo, feita com material local (taipa e palha), com a mesma fisionomia das moradias da comunidade;
- desenvolver, dentro da escola, atividades diferenciadas, partindo da alfabetização para outros aspectos educativos, ligados diretamente às necessidades básicas da comunidade.

O Projeto JB surgiu da necessidade de inserir o homem rural - em sua grande maioria, isolado no seu meio, marginalizado dos recursos culturais e econômicos - no processo de desenvolvimento global do Estado.

Os poderes públicos não vinham podendo atender suficientemente às necessidades no campo da educação. O incremento de matrículas, no período de 1962 a 1967, foi da ordem global de 40,5%: todavia, mais de dois terços da população em idade escolar não fora absorvida pelo sistema educacional.

A rede escolar, por mais ampliada que fosse na área oficial, seguindo os esquemas clássicos de solução, ainda era insuficiente para as necessidades, considerando-se o alto índice de crescimen

to demográfico. A população em idade escolar estimada para os 5 anos posteriores à criação do Projeto estava assim distribuída:

1967.....	607.322
1968.....	658.337
1969.....	713.637
1970.....	773.582
1971.....	840.110

Em 1966, de 560.261 crianças em idade escolar, apenas 194.477, foram atendidas (34,7%). Desse total de atendimento, apenas 31,0% foi do serviço oficial do Estado (60.565 matrículas). Para o quinquênio de 1967 a 1971, um aumento de 100.000 novas matrículas, significava apenas o necessário para manter o índice de escolarização de então. Estaria, pois, fora das possibilidades do Estado atender à demanda de escolas a curto prazo e com os recursos financeiros disponíveis. Em relação ao magistério, de um total de 5.348 professores existentes no Estado, em 1964, 3.919 eram professoras leigas, em sua maioria sem nenhuma preparação ou assistência, não apresentando resultados satisfatórios e não havendo possibilidades, a curto prazo, de uma instrução de boa qualidade seguindo os programas normais para o curso primário.

Em 07/05/69, a Lei Delegada nº 16, que reestruturou a SEC, transformou a Divisão de Ensino Primário - em Departamento de Educação Primária, como órgão de Administração centralizada e subordinado diretamente ao Secretário da Educação, tendo por competência geral, orientar, acompanhar e supervisionar as atividades do sistema estadual de ensino, de níveis primário, pré-primário e supletivo.

Esta lei vincula a Divisão de Educação de Adolescentes e Adultos (DEAA) ao DEP.

Em 02/08/72, conforme portaria nº 313, o Projeto JB vinculou-se à DEAA, onde ainda vem desempenhando suas atividades.

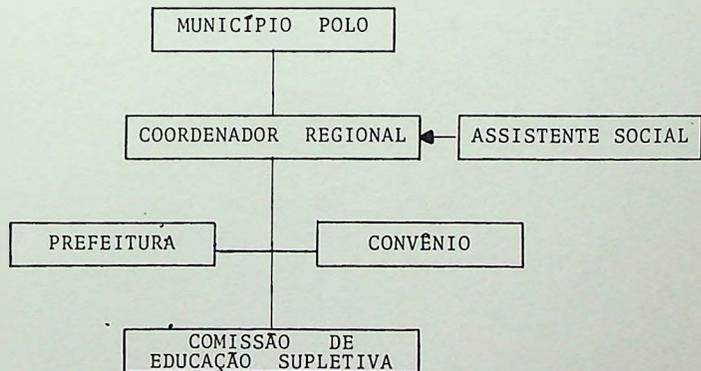
A partir de 1973, face ao clima da Reforma de Ensino e à existência de outros subsistemas empenhados em atividades paralelas à sua (como o MOBRAL, Projeto Minerva, Projeto Vega), dotados de

maiores e mais eficientes recursos técnicos e financeiros, o Projeto JB passou por uma fase de reestruturação, orientando-se para a faixa supletiva da qualificação.

Num plano experimental, restringiu seu campo de ação a 4 micro-regiões com 30 municípios, com um total de 1.000 escolas, oferecendo os seguintes cursos:

- Técnicas agrícolas
- Educação Sanitária
- Sindicalismo
- Ação comunitária
- Dinâmica de grupo
- Técnicas de alfabetização

Para a implantação dessa nova estratégia, foram assinados convênios com o PIPMO, a ACAR, o SUCAM, a SAGRINA e o DEMAPE e mantendo o seguinte sistema de supervisão:



Projeto Vega - Vinculado à DEAA, o Projeto Vega é uma tentativa de atualização e sistematização do ensino primário supletivo. Destinava-se exclusivamente à área urbana da capital, estendendo-se apenas a mais 2 municípios: Pedreiras e Viana. Foi implantado em 1971, objetivando oferecer o primário em 2 anos através da utilização de padrões pedagógicos condizentes com a clientela, substituindo as escolas noturnas que funcionavam em série e utilizavam pedagogia destinada a crianças.

A partir da implantação da Educação Integrada em convênio com o MOBRAL, o Projeto praticamente deixou de existir, convertendo-se no SEC/MOBRAL.

Projeto Minerva - O supletivo primário também vem sendo ministrado no Estado através do Projeto Minerva, que estava vinculado à DEAA até início de 1973. É este projeto responsável pelo Primário Dinâmico, ministrado a adolescentes e adultos através de Radiopostos na Capital e no interior com recepção controlada, de acordo com informações de seus administradores.

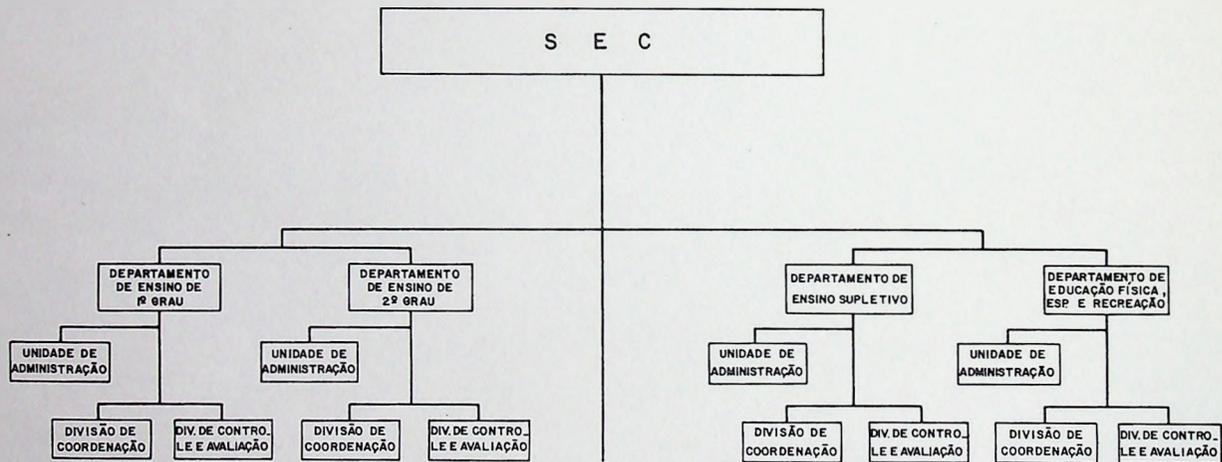
O Subprograma tinha como objetivo básico a formação profissional de adolescentes e adultos em caráter de suplência e suprimento, a ser desenvolvida através de cursos de alfabetização funcional, ensino supletivo de 1º e 2º graus e cursos profissionalizantes.

A educação de adolescentes e adultos, voltada para o trabalho, de acordo com o Subprograma, deveria ser desenvolvida em consonância com os Programas do Governo Federal (PIPMO e MOBRAL).

Em 1973, a antiga DEAA desaparece em face da criação do Departamento de Ensino Supletivo, por força da Lei Delegada 64/73, de 15 de janeiro deste ano.

Após a reforma, ficou assim estruturado o organograma da Secretaria e do Departamento do Ensino Supletivo:

ORGANOGRAMA DA SEC E DO DEPARTAMENTO DO ENSINO APÓS A REFORMA



2 - DADOS QUANTITATIVOS2.1 - SUPLETIVO PRIMÁRIO

Os quadros a seguir apresentam os dados relativos ao ensino supletivo no Estado do Maranhão que englobam as matrículas dos Grupos Escolares Noturnos (1970-71) e do Projeto Vega (71-72), segundo localização.

Apresentam também o número de unidades escolares e salas de aula, na capital e no interior bem como o número de professores envolvidos nesta categoria de ensino. Não foi possível levantar na DEAA os dados precisos, em termos numéricos, em relação à qualificação dos professores. Entretanto, a maioria do corpo docente tem o curso normal completo e cursos de aperfeiçoamento (vide quadro de qualificação-1972), segundo informação da Secretaria de Educação.

ENSINO PRIMÁRIO SUPLETIVO  
MATRÍCULA INICIAL/FINAL - APROVAÇÕES - PROFESSORES  
SALAS E UNIDADES ESCOLARES  
CAPITAL E INTERIOR  
1 9 7 0

UNIDADES ESCOLARES	SALAS DE AULA	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVAÇÕES	PROFESSORAS
21	167	6.044	3.822	2.405	166
C A P I T A L					
26	84	4.523	2.240	449	93
I N T E R I O R					
47	251	10.567	6.062	2.854	259
T O T A L					

Fonte: SE - DEAA

1 9 7 1

UNIDADES ESCOLARES	SALAS DE AULA	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVAÇÕES	PROFESSORAS
31	256	6.630	5.720	3.152	330
C A P I T A L					
11	53	1.714	1.013	328	70
I N T E R I O R					
42	309	8.344	6.733	3.480	400
T O T A L					

FONTE: Idem

1 9 7 2

UNIDADES ESCOLARES	SALAS DE AULA	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVAÇÕES	PROFESSORAS
31	256	7.185	5.242	2.323	339
C A P I T A L					
23	129	3.660	3.586	796	139
I N T E R I O R					
54	385	10.845	8.828	3.119	478

FONTE: Idem

## QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

1 9 7 2

LOCALIZAÇÃO	P R O F E S S O R E S			
	NORM.	REG.	LEIGOS	TOTAL
CAPITAL	324	-	4	328
INTERIOR	116	-	12	128
T O T A L:	440	-	16	456

FONTE: Relatório 1972 - DEP

3 - DADOS ORÇAMENTÁRIOS

No quadro abaixo, seguem os dados orçados para a Secretaria de Educação e Cultura e para o Departamento de Educação Primária, no período de 1970-73.

ANO	S.E.C. Cr\$	D.E.P. Cr\$
1970	20.286.265,00	10.833.610,00
1971	34.088.411,00	20.798.407,00
1972	34.248.523,00	19.539.330,00
1973	28.826.100,00	19.717.500,00

FONTE: ASSESSORIA TÉCNICA - SEC. EDUCAÇÃO

O quadro acima e o seguinte evidenciam uma contenção acentuada nas despesas, tanto em relação à dotação da Secretaria como à do DEP para o período de 72/73. Os motivos que estão à base desse fato são:

- a) Desmembramento da Secretaria da Educação e Cultura, em Secretaria da Educação e Fundação Cultural, em 1973, com conseqüente separação orçamentária;
- b) A prioridade conferida ao desenvolvimento do setor primário dentro da programação governamental para os próximos anos como fonte fornecedora de insumos para a industrialização.

O quadro abaixo fornece as parcelas orçamentárias destinadas especificamente ao supletivo, sob os itens: Projeto Vega e manutenção das escolas noturnas.

SUPLETIVO  
PROJETO VEGA  
MANUTENÇÃO ESCOLAS NOTURNAS  
1970-1973

ANO	PROJETO VEGA	MANUTENÇÃO ESCOLAS NOTURNAS
1970	191.514,00	905.412,00
1971	300.698,00	1.247.154,00
1972	738.502,00	433.820,00
1973	182.000,00	107.000,00

FONTE: Idem

São apresentadas a seguir 2 tabelas, em caráter complementar objetivando permitir melhor visualização das despesas do Estado com a Educação em geral e com a Educação Primária e média em particular.

A primeira diz respeito aos recursos previstos e recebidos no período de 1967 a 1970, da Secretaria de Educação e Cultura.

A segunda apresenta a globalização dos recursos destinados à Educação Primária e Média, a participação de recursos estaduais e da quota destinada a investimentos, para o período de 1968 a 1970.

RECURSOS PREVISTOS E RECEBIDOS NO PERÍODO DE 1967/1970 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

F O N T E S	1967		1968		1969		1970	
	PREVISTO	RECEBIDO	PREVISTO	RECEBIDO	PREVISTO	RECEBIDO	PREVISTO	RECEBIDO
1 - RECURSOS ESTADUAIS .....	6.049.926,45	4.997.356,33	13.929.308,32	7.130.870,07	20.104.336,70	1.618.879,71	22.014.352,08	-
Orçamento Estadual .....	5.513.541,00	4.511.340,00	13.363.138,00	6.531.235,00	17.652.900,00	-	20.286.865,00	-
Fundo de Participação .....	-	-	-	-	687.000,00	549.077,92	600.000,00	-
Salário Educação - CE .....	196.629,49	208.376,31	299.054,38	365.490,55	379.393,56	337.922,93	474.412,30	-
Fundo Estadual de Educação ...	339.755,96	277.640,02	267.115,94	234.144,52	1.384.953,14	731.878,86	653.074,28	-
2 - RECURSOS FEDERAIS .....	11.343.336,10	13.409.997,56	20.415.233,10	11.823.736,96	28.766.074,40	9.761.235,76	34.252.675,38	2.224.787,73
Camp. Assist. Est. DNE .....	-	-	-	-	5.937,70	5.937,50	-	-
PNE/Ensino Primário .....	1.942.810,00	2.723.945,69	1.240.668,00	1.491.794,87	4.192.000,00	3.337.370,50	6.175.135,00	964.737,73
PNE/Ensino Médio .....	1.466.395,00	3.141.930,98	2.671.336,78	1.059.072,02	1.600.000,00	1.040.048,05	1.678.776,00	1200000,00
PAMP .....	90.604,65	90.604,65	3.520,00	-	156.800,00	156.800,00	274.412,30	-
Salário Educação - CF .....	1.713.600,00	2.456.160,00	2.570.400,00	2.142.000,00	-	1.285.200,00	-	-
Fundo Especial .....	-	-	-	-	2.500.000,00	2.030.000,00	4.000.000,00	-
SUDENE .....	80.000,00	-	-	-	70.000,00	150.000,00	110.000,00	60.000,00
MOBRAL .....	-	-	-	-	137.000,00	137.000,00	-	-
3 - OUTROS .....	123.213,00	150.587,53	934.362,76	956.451,76	1.083.050,00	1.916.119,00	251.125,78	-
Convênio SUDENE/USAID/MEC ....	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTADO DO MARANHÃO .....	-	49.463,53	934.362,76	934.362,76	1.083.050,00	833.059,00	251.125,78	-
CONTAP .....	123.213,00	101.124,00	-	22.089,00	-	1.083.059,00	-	-
T O T A L .....	17.516.475,55	18.557.941,42	35.278.904,80	19.911.058,79	49.953.461,10	13.296.233,17	56.518.153,74	2.224.787,73

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura

NOTA: As importâncias recebidas nem sempre correspondem ao previsto, devido ao atraso na liberação dos recursos.

Algumas vezes, o total recebido inclui parcelas de exercícios anteriores.

#### 4 - EDUCAÇÃO INTEGRADA

Em 1972, foi assinado convênio entre a Secretaria de Educação e Cultura e o MOBREAL, visando a implantação da Educação Integrada em 21 municípios.

O programa, contudo, só foi efetivamente implantado a partir de 1973, funcionando em duas fases ou esquemas:

- o primeiro, destinado aos alunos recém-alfabetizados (pouco acelerado);
- o segundo, destinado aos alunos da rede regular ou que retornavam ao sistema educacional em busca da suplência.

##### 4.1 - FASE EXPERIMENTAL - 1971

Seguem os dados relativos ao programa de Educação Integrada realizado nos municípios de Caxias, Colinas, Pedreiras, Ribamar, Pinheiros e São Domingos do Maranhão. (Quadro I)

##### 4.2 - CONVÊNIO SEC/MOBREAL - 1972

O convênio da Educação Integrada SEC/MOBREAL, assinado em 19/05/72, teve suas aulas iniciadas em fevereiro de 1973.

O número de alunos conveniados, previsto, na assinatura do convênio, por município, é apresentado no Quadro II.



## QUADRO II

MUNICÍPIO	DATA ASSINATURA CONVENIO	ALUNOS CONVENIADOS
Bacabal	19/05/72	261
Caxias	19/05/72	352
Chapadinha	19/05/72	338
Coroatá	19/05/72	252
Cururupu	19/05/72	139
Grajaú	19/05/72	178
Guimarães	19/05/72	144
Icatu	19/05/72	178
Imperatriz	19/05/72	94
Itapecuru	19/05/72	242
Poço do Lumiar	19/05/72	44
Pedreiras	19/05/72	144
Pindaré Mirim	19/05/72	94
Pinheiro	19/05/72	538
Santa Ines	19/05/72	245
Santa Helena	19/05/72	174
São José Ribamar	19/05/72	82
São Luiz	19/05/72	8.756
Urbano Santos	19/05/72	44
Viana	19/05/72	129
Vitorino Freire	19/05/72	178
T O T A L :	-	12.606

A matrícula inicial do programa, agregada em capital e interior ,  
foi de 9.993 alunos.

SEC/MOBRAI - 1973  
DADOS AGREGADOS POR LOCALIZAÇÃO  
MATRÍCULA INICIAL POR ESQUEMA

LOCALIZAÇÃO	MATRÍCULA INICIAL	1º ESQUEMA	2º ESQUEMA
Capital	5.790	2.558	3.232
Interior	4.141	1.535	2.606
T O T A L :	9.931	4.093	5.838

FONTE: SEC/DESU

B) PIAUI1 - HISTÓRICO:

Até 1971 funcionavam no Piauí, Cursos Noturnos regulares, equivalentes ao ensino primário para crianças, sendo aplicado ao ensino de adultos, com poucas adaptações, fruto mais da boa vontade dos Professores do que da utilização consciente de um ensino tecnicamente planejado.

Em 1972 foi criado o SUPLETIVO dentro das diretrizes delineadas pela Lei 5.692/71.

O Quadro abaixo expressa o levantamento dos anos de 1969 a 1971, em que foram envolvidos, no total, 33 municípios:

ANO	MATRICULADOS	Nº DE PROFESSORES	Nº DE CLASSES	Nº DE UNIDADES ESCOLARES
1969	10.291	334	329	68
1970	6.694	194	206	56
1971	15.840	528	528	132

Em 1971 houve um movimento no sentido de distinguir a Educação de Adultos da de Crianças, usando-se ainda, todavia, o mesmo material didático.

Até 1971 os professores vindos da Rede Regular serviam ao Su-

pletivo em regime de honorário. Existiam por volta de 50% de professores diplomados e 50% de leigos.

Ainda naquele ano funcionou, em caráter experimental, o curso de Educação Integrada do Sistema MOBRAL em 9 municípios, com 87 unidades escolares e 528 salas de aula.

Ainda funcionaram, no ano de 1972, Cursos Noturnos Regulares baseados na antiga orientação, em que a programação oferecida era a tradicional, com pequenas adaptações por parte dos próprios professores, atingindo um total de 12.480 alunos, abrangendo 29 Municípios.

O Ensino Supletivo, após a nova estrutura, não obedece ao sistema seriado do ensino regular. Está organizado em 4 esquemas que correspondem ao ensino de 1º e 2º graus. Esta redução das 11 séries oferece uma escolarização mais acelerada:

ESQUEMA	SÉRIES
1º	1a. e 2a.
2º	3a. e 4a. do 1º g.
3º	5a., 6a., 7a. e 8a.
4º	1a., 2a. e 3a. do 2º grau.

A programação obedece aos textos publicados pelo MOBRAL, adaptados à realidade estadual, mediante roteiros quinzenais de aulas elaboradas pelas supervisoras da divisão executiva.

## 2 - SUPLETIVO MUNICIPAL EM TERESINA

O Supletivo está a cargo da SEC. O que existe é o funcionamento de uma sala de aula para adultos (funcionários do Departamento de Educação), com cerca de 20 alunos, acima de 14 anos de idade.

Não existe material didático adequado ao ensino de adultos, a professora tem somente o curso pedagógico e a duração do curso é conforme a conveniência e ajustamento às condições individuais de cada aluno, sem prazo para o seu término.

Justifica-se a não participação do SEMEC na área do Supletivo pela carência de instalações e falta de recursos para construção de salas de aula (só existem 5 grupos escolares que funcionam à noite com turmas de alfabetização do MOBRAL).

### 3 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

#### 3.1 - FASE EXPERIMENTAL

Os dados relativos à fase experimental, levada a efeito em 1971, são apresentados a seguir:

EDUCAÇÃO INTEGRADA

ESTADO: PIAUÍ

FASE EXPERIMENTAL

ANO : 1 9 7 1

MUNICÍPIOS	DATA ASS. CONVEN.	ALUNOS CONVEN.	M A T R Í C U L A				APROV.	PROD. %	REPROV. %	E V A S Ã O		
			INIC.	4ºMÊS	8ºMÊS	12ºMÊS				MEDIATA	D. I. (%)	D. M. (%)
AMARANTE	11/06/71	175	175	167	159	139	80	45,7	33,7	36	0,0	20,6
CAMPO MAIOR	"	184	191	156	127	89	70	38,0	10,0	102	- 3,8	53,4
FLORIANO	"	310	317	273	215	164	100	32,3	20,2	153	- 2,3	48,3
JOSÉ DE FREITAS	"	150	150	140	122	99	50	33,3	32,7	51	0,0	34,0
N.S. REMÉDIOS	"	85	88	82	56	50	30	35,3	22,7	38	- 3,5	43,2
PARNAÍBA	"	662	660	553	442	346	300	45,3	7,0	314	0,3	47,6
PORTO	"	87	89	75	51	48	30	34,5	20,2	41	- 2,3	46,1
VALENÇA DO PIAUÍ	"	80	74	59	15	16	8	10,0	10,8	58	7,5	78,4
PIRACURUCA	"	114	77	78	51	28	15	13,2	16,9	49	32,5	63,6
T O T A L	"	1.847	1.821	1.583	1.238	979	713	38,6	14,6	842	1,4	46,2

### 3.2 - CONVÊNIO SEC/MOBRAI - 1972

#### 3.2.1 - ÁREA ATINGIDA E NÚMERO DE ALUNOS

##### Municípios atingidos em 1972

O Ensino Supletivo está em sua fase inicial. Mesmo as  
sim já atinge 7 Municípios do Estado:

Teresina, Parnaíba, Campo Maior, Piripiri, Florianópolis,  
Picos e Oeiras.

##### NÚMERO DE ALUNOS

A Educação Integrada atingiu em 1972 a um total de 20.203  
alunos.

Por Município, e de acordo com a divisão pelos dois esque-  
mas em funcionamento, é este o quadro estatístico demons-  
trativo:

3.2.2 - DADOS QUANTITATIVOSa) Matrículas da Educação Integrada:

MUNICÍPIOS	MATRICULADOS			SALAS DE AULA	UNIDADES ESCOLARES
	1º Esquema	2º Esquema	TOTAL		
TERESINA	3.551	9.150	12.701	317	47
PARNAÍBA	783	1.697	2.480	78	16
CAMPO MAIOR	524	1.022	1.546	39	7
PIRIPIRI	341	827	1.168	29	4
FLORIANO	170	696	866	26	5
PICOS	271	514	785	19	4
OEIRAS	223	434	657	20	4
T O T A L	5.863	14.340	20.203	528	87

b) Controle de Matrícula e Remanejamento de Alunos por Níveis, Municípios e Esquemas

MUNICÍPIOS	1º ESQUEMA ALUNOS NÍVEIS 2/3	2º ESQUEMA ALUNOS NÍVEL - 4	T O T A L
TERESINA	6.280	6.385	12.665
PARNAÍBA	1.269	978	2.247
CAMPO MAIOR	524	1.022	1.546
PIRIPIRI	706	503	1.209
FLORIANO	391	517	908
PICOS	491	427	918
OEIRAS	403	307	710
T O T A L	10.064	10.139	20.203

C) MATRÍCULA FINAL E EVASÃO PELOS DOIS ESQUEMAS

MUNICÍPIOS	MATRÍCULA FINAL DO CURSO ESQUEMA NÍVEL 2 e 3	MATRÍCULA FINAL DO CURSO ESQUEMA NÍVEL /4	Nº EVASÃO 1º ESQUEMA NÍVEL1/2	Nº EVASÃO 2º ESQUEMA NÍVEL/4
TERESINA	4.470	4.847	1.810	1.538
PARNAÍBA	969	834	300	144
CAMPO MAIOR	484	565	40	457
PIRIPIRI	507	382	199	121
FLORIANO	287	386	104	131
PICOS	261	162	230	265
OEIRAS	193	181	210	126
T O T A L	7.171	7.357	2.893	2.782

D) RESULTADOS PELOS DOIS ESQUEMAS DOS ALUNOS PROMOVIDOS  
AO ESQUEMA SEGUINTE E ALUNOS EM RECUPERAÇÃO

CURSO DE SUPLÊNCIA - 4 PRIMEIRAS SÉRIES DO 1º GRAU				
MUNICÍPIOS	1º ESQUEMA-NÍVEIS 2 e 3		2º ESQUEMA-NÍVEL 4	
	Alunos Promovidos	Alunos em Recuperação	Alunos Promovidos	Alunos em Recuperação
TERESINA	2.728	1.742	3.037	1.810
PARNAÍBA	630	339	611	223
CAMPO MAIOR	269	215	306	259
PIRIPIRI	379	128	214	168
FLORIANO	187	100	139	247
PICOS	121	140	138	24
OEIRAS	143	50	136	45
T O T A L	4.457	2.714	4.581	2.776

4. DADOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESTADUAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA

(Em Cruzeiros)

HISTÓRICO	EXERCÍCIO FINANCEIRO				
	1969	1970	1971	1972	1973
1. Orçamento global da Secretaria da Educação e Cultura .....	11.619.635,	17.108.310,	33.624.147,	38.486.096,	62.269.933,
1.1. Despesas Correntes .....	7.812.585,	12.665.711,	25.416.002,	31.197.211,	49.810.893,
1.2. Despesas Capital .....	3.807.050,	4.442.599,	8.208.145,	7.288.885,	12.459.040,
2. Orçamento Global do Departamento de Educação Primária .....	-	8.203.498,	14.274.089,	21.697.445,	-
2.1. Despesas Correntes .....	-	5.534.073,	10.796.764,	16.713.960,	-
2.2. Despesas Capital .....	-	2.669.425,	3.477.325,	4.983.485,	-
3. Orçamento do Departamento de Educação Especial e Complementar ...	-	-	-	-	3.191.980,
3.1. Despesas Correntes .....	-	-	-	-	2.985.980,
3.2. Despesas Capital .....	-	-	-	-	206.000,

Teresina-PI, 12 de fevereiro de 1973

FONTE: Assessoria Técnica da Secretaria de Educação  
Equipe de Orçamento e Administração Financeira

## 4.2 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

(MUNICÍPIO DE TERESINA)

(Em Cruzeiros)

	1969		1970		1971		1972	
	ORÇADO	REALIZADO	ORÇADO	REALIZADO	ORÇADO	REALIZADO	ORÇADO	REALIZADO
EDUCAÇÃO E CULTURA .....	663.800,00	521.680,92	740.000,00	711.114,36				
DEP. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO .....			857.300,00	802.685,86	1.527.278,	1.314.639,	2.041.602,00	1.915.275,38
ENSINO PRIMÁRIO.					969.660,	951.658,	1.056.567,40	1.012.401,24

\* 1970 - 1971 - 1972 - não está incluído recursos para obras

FONTE: Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Teresina

1971 - Não houve condições de extrair as quantias específicas de Educação e Cultura, dentro das verbas do Departamento de Desenvolvimento Comunitário.

## C) CEARÁ

1. HISTÓRICO

O Sistema de Educação do Estado do Ceará abrange, em organização progressiva, a Educação Prê-Primária, os Ensinos Primário, Médio e Superior e, paralelamente, a Educação de Adultos e Supletiva.

A Educação de Adultos e a Supletiva se inserem como educação básica, no contexto do Ensino Primário. No contexto do Ensino Médio, conta o Sistema com os cursos de madureza, ginásial e colegial, ministrados em estabelecimentos da Rede Estadual e Particular, além do Madureza Ginásial pela Televisão, fruto do Convênio firmado entre a SUDENE, Fundação Anchieta, MEC e Secretaria de Educação do Estado.

2 - DADOS QUANTITATIVOS2.1 - CEARÁ - ENSINO SUPLETIVO - MATRÍCULAS, EVASÃO E APROVAÇÕES

ANO	MAT. INICIAL	MAT. FINAL	EVASÃO (%)	APROVAÇÕES	ÍNDICE APROVAÇÃO	PRODUTIVIDADE GLOBAL
1969	14.159	12.179	14,0	6.765	55,6	47,8
1970	14.415	12.964	10,1	10.180	78,5	70,6
1971	23.603	18.345	22,3	....	..	..
1972	29.995	...	...	....	..	..

2.2 - CEARÁ - ENSINO SUPLETIVO - UNIDADES ESCOLARES, SALAS DE AULA, CORPO DOCENTE

ANO	UNIDADES ESCOLARES	SALAS DE AULA	CORPO DOCENTE			
			TOTAL	NORMALISTAS	LEIGOS	OUTROS
1969	390	515	515	170	345	-
1970	...	733	733	415	318	-
1971	321	797	797	418	379	-
1972	346	979	979	...	...	...

3 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA3.1 - FASE EXPERIMENTAL

Em relação aos cursos de Educação Integrada, os únicos dados disponíveis são os que dizem respeito à fase experimental (1971), já que os Convênios assinados em 1972 só iniciaram as aulas em 1973.

C E A R Á

FASE EXPERIMENTAL - 1971

MUNICÍPIO	DATA ASS. CONVENIÊNIO	ALUNOS CONVENIADOS	MATRÍCULA				APROV.	PROD. %	REPROV. %	EVASÃO		
			INIC	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIA TA	D.I. (%)	D.M. (%)
Brejo Santo		200	192	182	128	103			89	4,00	46,35	
Crato		130	135	125	64	59			76	- 3,84	56,29	
Itapipoca		150	150	149	148	140			10	0	6,66	
Juazeiro do Norte		150	150	150	124	96			54	0	36,00	
Quixadá		100	96	93	66	57			39	4,00	40,62	
Redenção		205	207	182	133	123			84	- 0,97	40,57	
Santana do Acaraú		101	107	101	77	98			9	- 5,94	8,41	
Tianguá		273	286	274	258	219			67	- 4,76	23,42	
T O T A L		1.307	1.323	1.256	998	895			428	- 1,22	32,35	

OBS.: Não foram obtidos os dados de aprovação, produtividade, reprovação e as datas de assinatura dos convênios.

4 - ORÇAMENTO

Apresentamos abaixo as parcelas orçamentárias destinadas à SEC e ao Departamento de Ensino Primário que inclui o Supletivo, relativas aos anos de 1968 e 1972.

(EM CRUZEIROS)

A N O	SECRETARIA	ENSINO PRIMÁRIO (INCLUI SUPLETIVO)
1968	30.355.000,00	12.267.000,00
1969	36.121.000,00	11.419.000,00
1970	34.976.000,00	11.266.000,00
1971	53.409.000,00	12.646.000,00
1972	56.375.000,00	20.483.000,00

OBS.: O orçamento do chamado supletivo é retirado do orçamento referente ao curso primário regular, que abrangia o curso primário noturno regular (supletivo).

D) RIO GRANDE DO NORTE1 - HISTÓRICO

Na sua organização administrativa através da Lei 3.867, de 02 de outubro de 1970, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, criou uma Assessoria de Ensino Supletivo, com "atribuições de estudar e pesquisar métodos e processos de ensino, na área de sua especialidade, bem como planejar e coordenar a execução de programas de Ensino Supletivo".

Diante dos sérios problemas de Ensino Supletivo no país e em face das exigências do sistema educacional brasileiro, esta Assessoria ainda se encontra em fase de estruturação, estudando as formas de atender, em parte, à problemática do Ensino Supletivo no Estado.

INTEGRAÇÃO COM AS ENTIDADES PARTICULARES

Para implantação do Ensino Supletivo em 1971, a Secretaria de Educação e Cultura não dispunha de recursos humanos e financeiros dentro da organização regular do Sistema. Procurou então, a Assessoria do Ensino Supletivo, sensibilizar as Instituições que trabalham nesta área para, através de encontros mensais entre esta e as Coordenações das Entidades, estudar e definir uma só metodologia para as atividades educacionais em âmbito Estadual.

REALIZAÇÃO DE UM CURSO DE PRÉ-MADUREZA

Constatado o baixo índice de aprendizagem dos alunos de MADUREZA, motivado pela falta de preparação para acompanhamento do programa, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em convênio com a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, realizou através daquela Assessoria, um curso de preparação ao Madureza.

Caracterização do Curso:

- . a duração de 6 meses ;
- . alunos atingidos: 300 ;
- . pessoal docente: Coordenação e Professores (estudantes Universitários)

2 - DADOS QUANTITATIVOS

Não existem dados quantitativos sobre o Ensino Supletivo no Estado, mesmo porque os únicos cursos existentes, até a implantação da Educação Integrada, eram alguns poucos cursos isolados.

3 - DADOS ORÇAMENTÁRIOS

Como a Assessoria de Ensino Supletivo faz parte do Centro de Orientação e Pesquisa Educacional (CEPE), - assim como as Assessorias de 1º Grau, de 2º Grau e de Educação Física, - funcionou através de ajuda advinda diretamente do CEPE, não contando, por esse motivo, com problema de alocação de recursos, se bem que dada a proporção de suas tarefas, possui necessidades financeiras bastante avolumadas.

- RN -

PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL NA  
EDUCAÇÃO

- 1967/1972 -

ANOS	ORÇAMENTO ESTADUAL Cr\$	GASTOS EM EDUCAÇÃO Cr\$	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
1967	35.326.120	9.320.088	26,38
1968	53.335.806	14.439.179	27,07
1969	62.034.567	14.484.029	23,34
1970	76.975.000	16.332.272	21,21
1971	85.766.220	16.470.720	19,20
1972	127.882.315	26.258.548	20,90

FONTE: Orçamento do Estado - RN

4 - CONVÊNIO SEC/MOBRAI

A SEC assinou convênio com o MOBRAI para desenvolver o programa de Educação Integrada em 34 municípios, com o atendimento de 2.712 alunos.

As aulas foram interrompidas no oitavo mês devido à implantação, no Estado, de um programa-piloto de Educação Integrada via Radiofônica, em meados de 1973, que iniciou suas atividades com uma matrícula superior a 5.000 alunos.

CONVÊNIO SEC/M

MUNICÍPIO	DATA ASSINATURA CONVÊNIO	ALUNOS CONVENIADOS	M A	
			INÍCIO	4
AÇU	11/06	50	53	
CAICÓ	11/06	50	44	
JOÃO CÂMARA	11/06	50	52	
MACAIBA	11/06	75	68	
MACAU	11/06	25	24	
MOSSORÓ	11/06	100	100	
NOVA CRUZ	11/06	25	25	
PAU DE FERROS	11/06	50	59	
SANTA CRUZ	11/06	50	50	

E) PARAÍBA1 - HISTÓRICO

Por volta de 1965 o Ensino de Adolescentes e Adultos, passa no Estado por uma fase de organização e crescimento. Por esta ocasião, a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã), dispondo de recursos provenientes de ajuda americana e de fundações particulares, fez convênios com diversos Estados, objetivando a organização das campanhas sistemáticas de alfabetização.

Em 1965, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado firmou Convênio com essa Entidade segundo o qual ela passaria a fornecer o material didático especializado para o Ensino de Adultos.

Graças ao apoio financeiro e à assistência técnica da Cruzada ABC, o Estado desenvolveu sua própria rede de Escolas para Adolescentes e Adultos.

Anteriormente, a Educação de Adultos era gerida pela Divisão de Alfabetização de Adolescentes e Adultos, do Departamento de Educação de Base.

Em 1967 foi firmado novo Convênio com a Cruzada ABC, segundo o qual, além do material didático, passaria ela a cobrir 50% das despesas com o Ensino de Adultos no Estado.

Como cláusula desse Convênio, foi criado um serviço, chamado "Ação de Educação de Adultos", com uma diretoria executiva representando as duas partes interessadas. Essa medida possibilitou uma homogeneização na orientação pedagógica, passando todas às escolas noturnas do Estado - vinculadas ao Departamento de Educação de Base - a receber a mesma orientação técnica das escolas que anteriormente funcionavam sob o regime de Convênio (nível de alfabetização).

Em abril de 1968 as Escolas Noturnas que funcionavam ao nível das 4 séries primárias supletivas passaram também à coordenação do Departamento de Educação de Base, de acordo com Portaria da Secretaria de Educação.

Em março de 1972 foi firmado Convênio SEC/MOBRAL, ficando estabe

lecido que o programa de Educação Integrada seria desenvolvido pelo Departamento de Educação de Base da SEC, servindo-se de sua rede escolar que cobre 50 municípios.

Ainda em 1972, de acordo com o Decreto nº 5.547, de 02/06/72, da SEC, o Departamento de Educação de Base passou a ser chamado Departamento de Ensino Supletivo.

## 2 - DADOS QUANTITATIVOS

### 2.1 - Rede Estadual

	1969	1970	1971	1972
Matrícula inicial	50.965	12.649	12.680	12.264
Matrícula final	33.410	9.950	11.155	11.275
Alunos aprovados	27.117	5.813	6.180	7.630
Nº de professores qualificados	326	243	321	271
Nº de professores leigos	1.304	239	229	201
Nº de unidades escolares estaduais	95	95	95	95
Nº de salas de aula	1.630	427	401	418

FONTE: Departamento do Ensino Supletivo - SEC - PB

OBS.: Os dados de 1972 são de Educação Integrada.

## 3 - DADOS ORÇAMENTÁRIOS

### 3.1 - Rede Estadual

(EM CRUZEIROS)

ANO	S.E.C.	DESPESAS REALIZADAS NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS
1969	12.235.000,00	1.013.825,40
1970	16.158.000,00	820.123,00
1971	26.294.000,00	1.174.076,00
1972	37.190.000,00	-

FONTE: Departamento de Ensino Supletivo - SEC

3.2 - Rede Municipal (Capital)

( Em Cruzeiros)

ANO	S.E.C.	DIRETORIA DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
1970	362.696,00	184.000,00
1971	540.000,00	243.800,00
1972	1.581.000,00	1.244.000,00

FONTE: Ass. do Secretário de Educação  
Prefeitura de João Pessoa

4. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

4.1 - Fase Experimental - 1971

Os dados relativos à fase experimental da Educação Integrada, são apresentados a seguir:

MUNICÍPIO	DATA ASSINATURA CONVÊNIO	ALUNOS CON- VENIADOS	MATRÍCULA				APROVADOS	PROD. %	REPROVADOS	EVASÃO		
			INIC.	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIATA	D.I. %	D.M. %
BANANEIRAS	15/6/71	75	75	75	75	69	17	22,67	75,36	6	0	8,00
BREJO DA CRUZ	01/6/71	25	22	22	22	20	10	40,00	50,00	2	12,00	9,09
CAJAZEIROS	03/5/71	299	289	255	226	184	124	41,47	32,61	105	3,34	36,33
CATOLÉ DO ROCHA	15/6/71	75	75	75	65	64	49	65,33	23,44	11	0	14,66
GUARABIRA	15/6/71	75	74	75	72	66	44	58,67	33,33	8	1,33	10,81
ITABAIANA	15/6/71	75	75	73	49	49	39	52,00	20,41	26	0	34,66
ITAPORANGA	15/6/71	100	87	87	77	56	31	31,00	44,64	31	13,00	35,63
PIANCO	03/5/71	125	123	122	122	111	102	81,60	8,11	12	1,60	9,75
PITIMBU	15/6/71	25	25	24	17	20	2	8,00	90,00	5	0	20,00
POMBAL	14/6/71	90	89	95	93	89	27	30,00	69,66	0	1,11	0
PRINCESA ISABEL	15/6/71	130	106	122	109	95	45	34,62	51,61	13	18,46	12,60
SANTA LUZIA	15/6/71	120	124	119	116	88	70	58,33	20,45	36	-3,33	20,03
SANTA RITA	15/6/71	125	125	125	94	94	69	55,20	26,60	31	0	24,80
SAPE	15/6/71	100	99	98	82	67	61	61,00	89,55	32	1,00	32,32
SOUZA	01/6/71	275	238	233	225	215	87	31,64	59,53	23	13,45	9,66
SOLÂNEA	15/6/71	50	50	49	43	44	21	42,00	52,27	6	0	12,00
TOTAL		1.764	1.676	1.649	1.487	1.329	798	45,24	59,95	347	4,98	20,70

4.2 - CONVÊNIOS SEMEC/MOBRAL

Foram efetuados convênios com apenas dois Municípios: João Pessoa e Campina Grande, que são os maiores do Estado . Os dados relativos a esses convênios são apresentados abaixo:

MUNICÍPIO	DATA ASSINATURA CONVÊNIOS	ALU - NOS CONVÊNIA - DOS	MATRÍCULA		APROVAÇÃO	UNIDA DES ESCOLARES	CLASSES PROFESORES	Nº DE ALUNOS QUE COMPARECERAM EXAME FINAL
			INIC.	FINAL				
Campina Grande	02/02/73	3.000	2.271	1.799	1.608	30	61	1.799
João Pessoa	20/03/72	337	337	113	93	09	11	113
TOTAIS	-	3.337	2.608	1.912	1.702	39	72	1.912

4.3 - CONVÊNIO SEC/MOBRAL

Em 1972, o Convênio SEC/MOBRAL abrangeu 50 Municípios, em dois esquemas.

Os resultados finais das avaliações das classes de Educação Integrada são mostrados no quadro seguinte, fornecido pela SEC (Departamento de Ensino Supletivo-Divisão Técnica).

RESULTADOS FINAIS DA AVALIAÇÃO DAS CLASSES DE EDUCAÇÃO INTEGRADA/SUPLETIVO

CONVENIO SEC/MOBRAI - ANO BASE - 1972

ÁREA	S E D E	Nº DE MUNICÍPIOS CONVENIADOS	INÍCIO DO CURSO	Nº DE PROFESSORES			Nº DE ALUNOS			ALUNOS APROVADOS			ALUNOS REMANEJADOS			DESISTENTES
				1º esquema	2º esquema	Total	1º esquema	2º esquema	Total	1º esquema	2º esquema	Total	1º esquema	2º esquema	Total	
I	JOÃO PESSOA	18	4/4/72	64	124	188	2.069	4.383	6.452	664	2.902	3.566	445	2.295	2.740	331
II	CAMPINA GRANDE	11	"	32	52	84	941	1.507	2.448	305	877	1.182	243	1.074	1.317	159
III	PATOS	11	"	18	38	56	441	1.031	1.472	115	734	849	142	495	637	171
IV	CAJAZEIRAS	7	"	12	27	39	376	751	1.127	93	463	556	69	379	448	109
TOTAL GERAL		47		126	241	367	3.827	7.672	11499	1.177	4.976	7.630	899	4.243	5.142	770

F) PERNAMBUCO1 - HISTÓRICO DO SUPLETIVO PRIMÁRIO (1967 a 1971)

Antes de 1967 não houve nenhuma tentativa de implantação de um Supletivo dentro de normas metodológicas. Somente com a criação do DEPPA (Departamento de Educação e Promoção Profissional do Adulto) é que, em 1968 se estruturou uma estratégia para aquele tipo de educação especializada. Iniciou-se uma sondagem e capacitação do pessoal docente e administrativo para a alfabetização com método próprio e o Plano Experimental do Madureza Primário, com um conteúdo programático adaptado ao adolescente e adulto, além da organização de um sistema de supervisão pedagógica que satisfazia plenamente aos objetivos do plano experimental.

Este Plano Experimental do Madureza Primário só foi implantado no início do ano de 1969, com uma amostragem de 30 salas de aula, que correspondia, àquela época, a mais ou menos 10% do total de classes da capital.

O restante da clientela, na capital, foi atendida com a mesma programação do Plano Experimental, mas com menos aceleração.

Os alunos do interior do estado eram atendidos, até 1969, pelo sistema tradicional seriado do curso noturno primário para adolescentes e adultos.

Somente em 1970 é que o Plano Experimental foi expandido para mais ou menos 58 municípios do estado e ampliado sensivelmente na capital. Ainda naquele ano o DEPPA passou a responsabilidade de da alfabetização para o sistema MOBRAL.

1.1 - Estrutura e duração:

## 1.1.1 - Alfabetização:

- Classes com duração de quatro meses e mais seis meses de reforço, perfazendo, portanto, um ano.

1.1.2 - Plano Experimental do Madureza PrimárioI - Acelerado

- Dividido em 3 estágios de 70 dias letivos cada, com três horas de aula diárias, perfazendo o total de um ano letivo.

1º Estágio correspondendo à 2a. série

2º Estágio correspondendo à 3a. série

3º Estágio correspondendo à 4a. série

## II - Não Acelerado

- Mas dentro da mesma programação do Plano Experimental:

- Também em 3 estágios com 180 dias letivos ou 540 horas de aula, perfazendo um total de 3 anos letivos.

1º Estágio = 2a. série

2º Estágio = 3a. série

3º Estágio = 4a. série

### 1.2 - Dados Quantitativos

ANO	MATRÍCULA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE UNIDADES ESCOLARES	Nº DE CLASSES
1968	18.598	568	309	648
1969	18.160	560	266	760
1970	14.556	628	284	700
1971	16.376	514	214	509
1972	23.387	805	375	878

FONTE: DEPPA

## R E D E M U N I C I P A L

### - SUPLETIVO PRIMÁRIO

#### 2.1 - HISTÓRICO

O Supletivo Primário em Recife segue a orientação, currículo e estrutura da SEC (DEPPA) e

está a cargo da Fundação Guararapes, que abrange as 4 primeiras séries do 1º grau e também cursos isolados de caráter artesanal e cursos profissionalizantes (marcenaria, mecânica, serralheria, solda, ajustagem, etc.).

O ensino primário em caráter supletivo funciona nos turnos vespertinos e noturno. Para cada um destes setores, corresponde uma divisão de Diretoria Técnica (Ensino primário, artesanal, profissional, comercial prático e aulas de datilografia).

O professorado é todo titulado, apresentando inclusive 10% de nível universitário.

## 2.2 - Dados Quantitativos

Apresenta-se a seguir, quadro elucidativo, onde os números de matrícula inicial e final, correspondem rigorosamente aos alunos fora da faixa; os dados referentes às unidades escolares, salas de aula, professores, estão globalizados para os três turnos com um grande percentual não correspondente ao supletivo.

SUPLETIVO-PRIMÁRIO

A N O	M A T R Í C U L A		UNIDADES ESCOLARES	SALAS	APROVAÇÕES	N ° DE PROFESSORES
	INICIAL	FINAL				
1969	5.354	4.333	Grupos Escolares - 18	160 *		
1970	8.325	6.813	Grupos Escolares - 18 Escolas Isoladas - 14 Escolas Mínimas - 30 *	540 *		609 *
1971	10.096	8.645	Grupos Escolares - 24 Escolas Isoladas - 17 Escolas Mínimas - 28	223 *		728 *
1972	9.936	9.341	Grupos Escolares - 25 Escolas Isoladas - 16 Escolas Mínimas - 28 *	247 *		772 *

\* Dados globalizados para os três turnos. O diurno refere-se aos alunos com menos de 14 anos. Os turnos vespertino e noturno abrangem alunos de mais de 14 anos.

## - DADOS ORÇAMENTÁRIOS

## 3.1 - Rede Estadual

## 3.1.1 - Despesa orçada em Cr\$ 1.000,00

A N O	SEEC	DEPPA	% Atribuída ao DEPPA
1969	58.000,00	159,20	0,3
1970	83.000,00	919,10	1,1
1971	109.700,00	1.156,40	1,1
1972	108.143,20	2.966,90	2,7
1973	145.008,40	5.809,90	4,0

FONTE: ASSESSORIA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO  
SEEC-PE

## 3.1.2 - Despesa executada em Cr\$ 1.000,00

A N O	SEEC	D E P P A		
		DESPESAS		TOTAL
		CORRENTES	DE CAPITAL	
1969	52.100,00	56,10	31,80	87,90
1970	70.500,00	352,20	370,40	722,60
1971	94.900,00	662,10	74,40	736,50

(\*)

FONTE: --IDEM

OBS.: (\*) Construção de Centros Politécnicos

#### 4 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

##### 4.1 - Fase Experimental - 1971

Abrangeu nove municípios e com previsão para atendimento de 1.018 alunos; na realidade, no primeiro mês de aula, houve a presença de 1.301 alunos.

O Quadro III apresenta os resultados quantitativos da Fase Experimental.

##### 4.2 - CONVÊNIO SEC/MOBRAL

###### 4.2.1 - Histórico

Segundo o DEPPA, o Programa de Educação Integrada' não funcionou de acordo com a orientação do MOBRL, devido à existência de uma experiência local já em funcionamento. O que efetivamente existiu em 1972 foi a adoção do material didático do MOBRL, com a bandono das cartilhas e do roteiro de orientação aos professores do sistema de supletivo do DEPPA (1). O professorado não se ajustou à nova orientação, devido ao forte envolvimento do mesmo no método e infra-estrutura existentes anteriormente.

Com a implantação, pela SEC, da Lei nº 5.692, o Primário Supletivo foi estruturado com quatro séries (1a. a 4a.), com aplicação do material de Educação Integrada, trazendo em consequência a redução de cada série para um semestre letivo. Desenvolveu-se, portanto, o programa em dois anos, o que contraria a orientação do MOBRL de que o curso deve ter a dução básica de 12 meses.

Os quadros IV e V apresentam os resultados quantitativos do convênio SEC/MOBRL de 1972.

---

(1) O que elementos da área pedagógica do MOBRL constataram foi que, além do material didático do MOBRL, é ainda utilizada a "CARTILHA DO NORDESTE".

Ainda segundo o DEPPA, a Educação Integrada "esteve fora do Sistema MOBREAL", pela falta de uma adequação e orientação do professorado, principalmente devido à ausência de um ro teiro específico para cada unidade das aulas (2).

A seleção da matrícula foi feita segundo o nível e a idade do aluno.

#### 4.3 - CONVÊNIO SEMEC/MOBREAL

Funcionou em três municípios, sendo que um - Limoeiro - já tinha entrado no plano piloto de 1971.

Seguiu estritamente a orientação metodológica do MOBREAL CEN TRAL e fez uso integral do seu material didático. Sua du ração foi de 12 meses (junho a julho/73), sem período de fê rias, observando apenas os feriados normais do ano.

O quadro VI apresenta os resultados quantitativos do Convê nio SEMEC/MOBREAL.

---

(2) Foram realizados, em 1972, 2 treinamentos para professores de Educação Integrada em Pernambuco, atingindo a um total de 554 profes sores. A orientação de professores através de roteiro específico para cada unidade de aulas realmente não foi dada, já que contra riaria a própria metodologia do Programa.

QUADRO III  
EDUCAÇÃO INTEGRADA  
 FASE EXPERIMENTAL  
1971

MUNICÍPIO	DATA ASSINATURA CONVÊNIO	Alunos Conveniados	M A T R Í C U L A				APROV.	PROD.	REPROV.	EVASÃO		
			INÍCIO	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIATA	D. I. %	D. M. %
Amaraji	28/05/1971	25	25	25	25	19	19	76	0	6	0	24,0
Cabo	"	275	253	275	272	220	215	78,2	2,3	33	8,0	13,0
Gameleira	"	138	82	79	79	74	72	52,1	2,7	08	40,6	9,8
Limoeiro	"	126	122	106	99	91	90	71,4	1,0	31	3,2	25,4
Moreno	24/05/1971	50	50	50	45	45	43	86,0	4,4	5	0	10,0
Pesqueira	31/05/1971	114	70	62	50	38	37	32,5	2,6	32	62,9	46,0
Petrolina	"	70	495	460	406	327	321	459,0	1,8	168	607,1	33,9
Ribeirão	26/05/1971	70	68	64	48	50	47	67,1	6,0	18	2,9	26,5
Salgueiro	31/05/1971	150	136	119	65	53	51	34,0	3,8	83	9,3	61,0
T O T A L		1.018	1.301	1.240	1.089	917	895	88,0	2,4	384	28,0	29,5

QUADRO IV  
EDUCAÇÃO INTEGRADA  
 CONVÊNIO SEC/MOBRAI

1972

MUNICÍPIO	Data Assinatura Convênio	Alunos Conveniados	MATRÍCULA				APROV.	PROD.	REPROV.	EVASÃO		
			INÍCIO	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIATA	D.I. %	D.M. %
Salgueiro	13/03/1972	55	55	53	52	50	47	85,4	6,0	5	0	9,0
Sta. Maria Cambuci	"	233	230	223	218	215	200	85,8	7,0	15	1,3	6,5
Sao Caetano	"	109	109	100	97	95	92	84,4	3,2	14	0	12,8
Sao L. da Mata	"	124	118	110	101	98	95	76,6	3,0	20	4,8	16,9
Tacaratu	"	102	100	97	96	95	91	89,2	4,2	5	2,0	5,0
Timbauba	"	84	86	85	81	80	74	88,0	7,5	6	2,4	7,0
Toritama	"	32	28	26	24	24	26	81,3	8,3	4	12,5	14,3
Verdejante	"	36	40	37	35	35	32	83,3	6,7	8	11,1	20,0
Vitoria de Stº Antao	"	273	263	260	253	249	232	85,0	12,0	14	5,7	5,3
Cha Grande	"	142	140	135	128	120	110	77,5	6,8	20	1,4	14,3
Condado	"	93	90	87	85	84	80	86,0	4,8	6	3,2	6,7
Correntes	"	60	60	60	58	56	53	84,4	7,5	4	0	6,7
Escada	"	30	30	30	30	30	28	93,3	6,7	0	0	0
Exu	"	39	38	37	36	36	35	90,0	2,8	2	2,6	5,3
Feira Nova	"	60	60	60	56	55	52	86,7	0	5	0	8,4
Gameleira	"	52	53	52	50	50	47	88,7	6,0	3	0	5,7
Garanhuns	"	119	118	116	115	114	111	93,3	2,6	4	2,5	3,58
Goiana	"	30	30	30	30	30	30	100,0	0	0	0	0
Gravata	"	108	180	165	150	149	140	129,6	6,0	9	66,7	17,2
Ipubi	"	22	22	22	22	22	22	100,0	0	0	0	0
Igarassu	"	33	33	30	28	27	27	81,8	0	0	0	18,2
Inaja	"	30	30	30	30	30	29	97,0	3,3	1	0	4,2
Lajedo	"	24	24	24	24	23	23	95,8	4,3	1	0	4,2
Limoeiro	"	250	245	237	230	230	221	92,0	3,9	9	2,0	6,1
Jaboatao	"	607	585	560	533	504	479	79,0	4,9	25	3,6	13,8
Macaparana	"	56	54	53	50	50	48	85,7	4,0	2	3,6	7,4
Machados	"	35	34	30	30	29	28	80,0	20,7	6	2,9	14,7
Nazare da Mata	"	80	80	78	75	74	74	92,5	0	0	0	7,5
Orobo	"	60	60	58	57	57	55	91,7	3,5	2	0	5,0
Oroco	"	91	90	87	85	82	80	88,0	2,4	2	1,1	8,9

QUADRO V  
EDUCAÇÃO INTEGRADA  
 CONVÊNIO SEC/MOBRAL  
 1972

MUNICÍPIO	Data Assinatura Convênio	Alunos Conveniados	MATRÍCULA				APROV.	PROD.	REPROV.	EVASÃO		
			INÍCIO	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIATA	D.I. %	D.M. %
Afrânio	13/03/1972	263	260	258	255	253	248	94,3	2,0	7	1,1	2,7
Água Preta	"	25	25	25	24	24	24	96,0	0	1	0	4,0
Aliança	"	26	26	25	25	25	25	96,2	0	1	0	3,8
Altinho	"	67	65	63	63	62	60	89,6	3,2	3	3,0	4,6
Arcoverde	"	30	30	29	28	28	28	90,3	0	2	0	6,7
Barreiros	"	80	81	80	79	78	76	95,0	2,6	3	- 1,3	3,7
Bezerros	"	180	160	148	132	121	120	66,7	0,8	39	11,1	24,4
Bom Jardim	"	123	130	127	125	120	117	95,1	2,5	10	- 5,7	7,7
Bonito	"	34	34	32	32	31	30	88,2	3,2	3	0	8,8
Brejo da Madre Deus	"	27	27	27	26	26	25	92,6	3,8	1	0	3,7
Cabo	"	204	200	197	195	194	191	93,6	1,5	6	2,0	3,0
Carpina	"	300	294	291	287	285	279	93,0	2,1	9	2,0	3,0
Caruaru	"	1.269	1.260	1.248	1.230	1.220	1.200	94,6	1,6	40	0,7	3,2
Cedro	"	55	55	53	52	52	50	90,9	3,8	3	0	5,4
Cha de Alegria	"	30	30	30	30	28	28	93,3	0	2	0	6,7
Palmeiras	"	54	54	54	50	50	46	85,1	8,0	4	0	7,4
Panelas	"	58	58	54	50	50	47	81,0	6,0	8	0	0
Paudilho	"	20	20	20	20	20	20	100,0	0	0	0	0
Paulista	"	390	394	391	380	376	371	95,0	1,3	18	- 1,0	4,6
Pesqueira	"	352	345	340	332	330	298	85,0	9,7	15	2,0	4,3
Petrolina	"	243	240	236	228	220	210	86,4	4,5	20	1,2	8,3
Recife/Olinda	"	10.512	10.453	10.453	10.282	10.108	9.132	87,0	3,8	345	0,6	3,30
Saíre	"	25	25	25	25	25	24	96,0	4,0	0	0	0
Floresta	"	300	294	290	283	280	272	91,0	2,9	14	2,0	4,8
T O T A L		17.937	17.645	17.438	17.092	16.796	15.580	86,85	7,80	849	1,62	4,81

QUADRO VI

EDUCAÇÃO INTEGRADA

CONVÊNIO SEMEC/MOBRAI

1972

M U N I C Í P I O	Data Assinatura Convênio	Alunos Conveniados	M A T R Í C U L A				APROV.	PROD.	REPROV.	E V A S Ã O		
			INÍCIO	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIATA	D.I. %	D.M. %
Cabo	12/05/1972	1.289	275	270	245	245	240	87,2	2,0	30	0	10,9
Limoeiro	21/12/1972	290	150	120	118	115	115	91,3	0	35	-19,0	23,3
Olinda	25/05/1972	478	467	459	449	447	398	83,3	11,0	20	2,3	0,4
T O T A L		2.057	892	849	812	807	753	85,7	6,7	85	- 1,5	9,6

G) ALAGOAS1 - HISTÓRICO

O Ensino Supletivo do Estado é coordenado e organizado pela Divisão de Adolescentes e Adultos, órgão do Departamento de Educação da Secretaria.

A Divisão de Adolescentes e Adultos se encarrega apenas do Supletivo de Maceió. Nunca houve Supletivo nos municípios do interior, fato que ocorre apenas agora, com os Convênios SEMEC/MOBRAL, cuja supervisão é feita pela Coordenação Estadual do MOBRAL.

Para os anos de 1969 e 1970, existem apenas os dados de matrícula no Ensino Supletivo.

1969 - Nº de alunos:	7.362
1970 - Nº de alunos:	6.536

Para o ano de 1971

1971 - Nº de alunos:	6.279
Nº de aprovados :	2.286
Rendimento :	36,40%

A partir de 1972, a Divisão de Adolescentes e Adultos aboliu todo e qualquer tipo de curso supletivo, restringindo-se apenas à Educação Integrada, em convênio com o MOBRAL.

2 - DADOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - <u>Leis do Orçamento</u>		Cr\$	Participação do Supletivo no Orçamento da <u>SEC</u>
1969	Ensino Supletivo	400.000,00	(2,5%)
	Total da Secretaria	16.301.998,00	
1970	Ensino Supletivo	382.602,00	(1,3%)
	Total Supletivo	30.054.077,00	
1971	Ensino Supletivo	506.684,00	(1,1%)
	Total da Secretaria	44.975.650,00	

1972	Ensino Supletivo	635.000,00	(1,4%)
	Total da Secretaria	47.092.976,00	
1972	Ensino Supletivo	922.916,00	(1,9%)
	Total da Secretaria	47.427.008,00	

No ano de 1973 foram destinados Cr\$600.000,00 para o projeto em construção do CEA (Centro de Educação de Adultos).

2.2 - <u>DESPESAS EFETIVAMENTE REALIZADAS:</u>			Participação do Supletivo no Orç. da SEC.
		<u>Cr\$</u>	
1969	Ensino Supletivo	266.160,00	(1,5%)
	Total da Secretaria	18.194.308,35	
1970	Ensino Supletivo	133.784,00	(0,4%)
	Total da Secretaria	35.080.348,48	
1971	Ensino Supletivo	281.024,00	(0,7%)
	Total da Secretaria	38.240.146,08	

Ainda não foram computadas as despesas efetivamente realizadas em 1972.

SOURCE: APO - SEC - Assessoria de Programação e Orçamento da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas.

### 3 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

#### 3.1 - Fase Experimental - 1971

A Fase Experimental da Educação Integrada em Alagoas funcionou em 5 municípios. Esta foi a primeira experiência de supletivo nestes municípios alagoanos. Seguem os dados disponíveis desta fase:

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>MATRÍCULA</u>				<u>APROVAÇÕES</u>
	<u>INIC.</u>	<u>4º</u>	<u>8º</u>	<u>12º</u>	
ARAPIRACA	370	365	300	237	176
PALMEIRA DOS ÍNDIOS	150	147	137	100	18
PENEDO	93	91	79	71	07
RIO LARGO	152	120	98	85	13
VIÇOSA	181	165	127	147	29

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>PRODUTIVIDADE-REPROVAÇÕES</u>		<u>EVASÃO MEDIATA</u>	
	(%)	(%)	(Nº)	(%)
ARAPIRACA	47,57	25,74	133	35,95
PALMEIRA DOS ÍNDIOS	12,00	72,00	50	33,33
PENEDO	7,53	90,14	22	23,66
RIO LARGO	8,55	84,71	67	44,08
VIÇOSA	16,02	80,27	34	18,78

### 3.2 - CONVÊNIO SEC/MOBRAL (1972)

Em 26/01/72 foi assinado o convênio SEC/MOBRAL, a ser de desenvolvido apenas no município da capital.

Foi feita uma divisão por níveis, de acordo com a capacidade de acompanhamento dos alunos matriculados.

Apenas os alunos do 3º nível prestaram exames finais.

Os dados disponíveis são:

Unidades escolares - 33  
 Salas de aula - 100  
 Professores - 100 (todos com curso Pedagógico).  
 Alunos Conveniados - 2.500 (1.668 no 3º nível)  
 Matrícula Inicial - 3.629

A matrícula final dos alunos do 3º nível, na época dos exames, foi de 1.575. Destes, não compareceram aos exames 262.

Dos 1.313 que prestaram exames foram aprovados 975, apresentando um Índice de Aprovação de 74,2%.

Havia nesta época, no 1º nível, 681 alunos e no 2º nível 1.280. Observa-se que houve um aumento no total de alunos matriculados, decorrente da nova admissão de alunos nos níveis inferiores, durante o curso.

### 3.3 - CONVÊNIO SEMEC/MOBRAL (1972)

Foram assinados convênios com as Prefeituras de 28 municípios, mas a grande maioria deles não entendeu (por não ter lido o convênio) que o pagamento dos professores correria

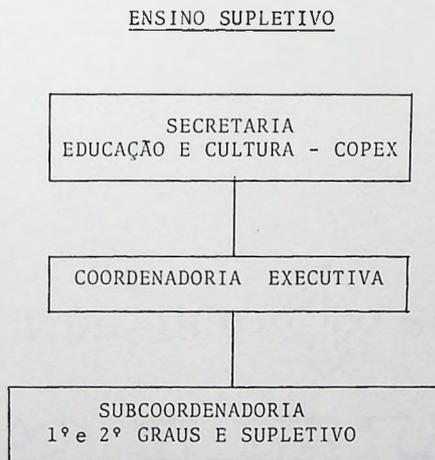
por conta do município. Desta forma, as aulas foram iniciadas em apenas 17 municípios e, destes, apenas 3 chegaram ao fim. Os dados relativos a esses 3 municípios seguem abaixo:

MUNICÍPIO	ALUNOS CONVENIADOS	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVADOS	PRODUTIVIDADE (%)
PILAR	300	103	67	59	19,7
RIO LARGO	100	...	...	48	48,0
UNIÃO DOS PALMARES	162	172	...	116	71,6
TOTAL	562	...	...	223	39,7

H) SERGIPE1 - HISTÓRICO1.1 - REDE ESTADUAL

Como em outros estados, o curso supletivo funcionou anteriormente em Sergipe conforme os padrões pedagógicos do ensino primário regular.

Até 1970 esteve ligado aos "Estabelecimentos de Ensino Pré-Primário e Primário" e em 1971 ao Departamento de Educação Primária, estando atualmente subordinado à Subcoordinadoria de 1º e 2º Graus e Supletivo, conforme organograma abaixo:



Até 1970 as atividades da Secretaria de Educação, em relação à educação de adultos, abrangiam convênios mantidos com organismos especializados:

Cruzada ABC - (Ação Básica Cristã);

MOBRAL

MEB - (Movimento de Educação de Base);

MEC - SUDENE - Fundação Anchieta (para promoção de Cursos de Madureza).

- 1) O Convênio SEC/Cruzada ABC/MOBRAI - firmado para prevalecer até dezembro de 1970, manteve em Aracaju 130 classes de ensino primário supletivo com um total de 3.677 alunos, concorrendo a SEC e o MOBRAI com recursos financeiros e a Cruzada ABC com a assistência pedagógica e distribuição do material didático.

Não tendo conseguido renovar o convênio com o MEC para o ano de 1970, a Cruzada ABC deixou de existir como órgão executivo a partir de setembro de 1971. Assim, os seus diretores estaduais foram licenciados e cessou a distribuição de material didático gratuito.

O acervo que fazia parte do Convênio Cruzada ABC/SEC passou para a responsabilidade da SEC.

- 2) O Convênio SEC/MEB - O Movimento de Educação de Base atuou principalmente, na zona rural do Estado, nos setores de: animação rural, educação funcional em bases cooperativas e alfabetização (1a. e 2a. fases). O Convênio entre este organismo e a SEC celebrado no dia 15 de outubro de 1970 visava a uma complementação de curso primário (3a. e 4a. fases) em 15 classes, localizadas nos municípios de Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito e Ribeirópolis, concorrendo a SEC com uma gratificação para 15 professores e financiamento de material, e o MEB com a assistência técnico-pedagógica a essas classes, além da concessão de 60 rádios à SEC para serem utilizados nos Cursos de Madureza.
- 3) Funcionou em 1970, em convênio com o MEC/SUDENE/FUNDAÇÃO ANCHIETA, um programa de curso de Madureza. Funcionando pelo sistema de rádio-postos, o curso atuou em 25 postos em Aracaju e 19 no interior, com o trabalho de 44 monitores e 3 supervisores, submetidos anteriormente a dois cursos de Treinamento.

#### 1.2 - REDE MUNICIPAL DA CAPITAL

O Ensino Supletivo da Rede Municipal de Aracaju, até 1971, era apenas o mesmo curso regular, só que noturno.

Em 1972 foi implantado o programa de Educação Integrada, que absorveu de imediato os alunos matriculados nas 2a. e 3a. séries do sistema supletivo regular, formando 53 classes. A 1a. série é considerada como alfabetização.

Em 1973 deu-se andamento ao convênio, adaptando-o ao novo plano Estadual de Educação.

O Supletivo no Município é coordenado pela Divisão de Ensino de 1º e 2º graus e Supletivo, diretamente ligada ao Departamento de Educação e Cultura.

## 2 - DADOS QUANTITATIVOS

### 2.1 - REDE ESTADUAL

DADOS INEXISTENTES

### 2.2 - REDE MUNICIPAL (CAPITAL)

ENSINO SUPLETIVO - REDE MUNICIPAL DE ARACAJU

ANO	SÉRIE	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	FREQUÊNCIA MÉDIA	CONCLUSÃO
1	1a.	452	416	430	167
9	2a.	463	430	447	220
6	3a.	375	335	351	168
9	4a.	289	268	278	260
	TOTAL	1.579	1.449	1.506	815
1	1a.	512	473	492	216
9	2a.	489	441	463	221
7	3a.	400	358	379	135
0	4a.	390	349	369	345
	TOTAL	1.791	1.621	1.413	917
1	1a.	511	472	470	199
9	2a.	587	527	508	254
7	3a.	400	343	300	206
1	4a.	385	350	320	325
	TOTAL	1.883	1.692	1.598	984
1	1a.	602	527	564	260
9	Educação Integrada	1.502	1.439	1.456	864
7	2a.				
2	3a. 4a.				
	TOTAL	2.104	1.966	1.990	1.124

FONTE: DIV. DE ENSINO DE 1º e 2º GRAUS E SUPLETIVO - D.E.C.

ENSINO SUPLETIVO - REDE MUNICIPAL DE ARACAJU  
 UNIDADE DE ENSINO - SALAS DE AULA - CORPO DOCENTE  
 E QUALIFICAÇÃO.

1969 - 1972

A N O	UNIDADE DE ENSINO	Nº DE SALAS	CORPO DOCENTE (NORMALISTAS)
1 9 6 9	15	12 11 9 7	39
	T O T A L	39	
1 9 7 0	18	13 12 10 10	45
	T O T A L	45	
1 9 7 1	20	13 15 10 10	48
	T O T A L	48	
1 9 7 2	20	15 38	53
	T O T A L	53	

FONTE: IDEM

## 3. DADOS ORÇAMENTÁRIOS

## 3.1.1 - Despesas Previstas - 1969/73

(Em Cruzeiros)

<u>1 9 6 9</u>	- Estabelecimentos de Ensino Primário e Pré-Primário	6.486.290,00
	- Estabelecimentos de Ensino Médio	1.226.330,00
	- TOTAL SEC	9.190.631,00
<u>1 9 7 0</u>	- Estabelecimentos de Ensino Pré-Primário e Primário	7.739.558,00
	- Estabelecimento de Ensino Médio	1.549.570,00
	- TOTAL SEC	12.281.740,00
<u>1 9 7 1</u>	- Departamento de Ensino Primário	10.660.949,00
	- Departamento de Ensino Médio	3.393.273,00
	- TOTAL SEC	18.159.219,00
<u>1 9 7 2</u>	- Coordenadoria Executiva	19.921.529,00
	TOTAL SEC	22.683.660,00
<u>1 9 7 3</u>	- Coordenadoria Executiva	22.815.050,00
	- TOTAL SEC	33.205.770,00

FONTE: ÓRGÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SERGIPE  
CONDESE - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

## 3.1.2 - Despesas Executadas - 1969/71

(Em Cruzeiros)

ANO	ESPECIFICAÇÃO	EDUCAÇÃO E CULTURA	BEM ESTAR SOCIAL	TOTAL
1 9 6 9	Estabelecimentos de Ensino Pré e Primário  Global	2.736.173,73  5.633.412,10	não houve  1.348.435,06	2.736.173,73  6.981.847,16
1 9 7 0	Estabelecimentos de Ensino Pré e Primário  Global	5.946.892,83  10.667.616,11	279.095,62  2.333.816,71	6.225.988,45  12.991.432,82
1 9 7 1	Departamento de Educação Primá ria  Global	5.682.405,54  13.253.745,28	278.154,51  2.508.542,57	5.960.560,05  15.762.287,85

FONTE: DEPARTAMENTO CONTABILIDADE DA SECRETARIA DA FAZENDA DO  
ESTADO - "RELATÓRIOS ANUAIS DA DESPESA"

4 - EDUCAÇÃO INTEGRADA

## 4.1 - FASE EXPERIMENTAL (1971)

Os dados relativos à fase experimental da Educação Integrada são apresentados no quadro abaixo, com exceção das informações sobre as aprovações, que não puderam ser obtidas.

MUNICÍPIO	DATA AS. CONVEN.	ALUNOS CONVEN.	M A T R Í C U L A			
			INIC.	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS
Capela	27/05/71	(75)	CANCELADO			
Itabaiana	27/05/71	311	281	279	235	204
Lagarto	27/05/71	75	84	77	43	18
Maruim	27/05/71	106	94	71	-	-
Tobias Barreto	27/05/71	90	89	84	78	92
TOTAL		582	548	511	356	314

4.2 - CONVÊNIO SEC/MOBRAL

O convênio foi assinado em 26/04/1972, com atendimento previsto para 5.839 alunos em 7 municípios, no ano de 1972.

MUNICÍPIOS	ALUNOS MATRICULADOS		
	1º ESQUEMA	2º ESQUEMA	TOTAL
Aracaju	1.999	2.701	4.700
Divina Pastora	25	-	25
Estância	375	397	772
Maruim	60	38	98
N.Sra. das Dores	52	54	106
N.Sra. do Socorro	-	-	60
Simão Dias	44	34	78
* T O T A L	2.555	3.224	5.779

A matrícula geral do último mês foi 2.804, sendo aprovados 1.596 alunos.

\* OBS.: No total geral acrescenta-se 60 alunos matriculados no município de N.Sra. do Socorro, perfazendo então um total de 5.839 alunos matriculados.

4.3 - CONVÊNIO SEMEC/MOBRAI - 1972

Foram conveniados 1.143 alunos, em 4 Municípios e 2 esquemas.

O quadro abaixo discrimina os dados disponíveis relativos a esses convênios.

EDUCAÇÃO INTEGRADA  
SERGIPE  
CONVÊNIO SEMEC/MOBRAI  
1972

M U N I C Í P I O	Data Assinatura Convênio	Alunos Conveniados		M A T R Í C U L A				APROV.	PROD. %
		1º esquema	2º esquema	Início	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS		
Moita Bonita	08/09/1972	30		30	24	28	30	18	60
Aracaju	26/04/1972	830		830	-	-	600	375	45
Barra dos Coqueiros	02/06/1972	75		43	43	35	35	-	-
Estância	26/04/1972	57	151	225	219	-	149	122	59
T O T A L		992	151	1.128			814		

I) BAHIA1 - HISTÓRICO

O funcionamento do ensino Supletivo no Estado, antes do MOBRAL, era precário e variável, registrando-se algumas melhorias apenas a partir de 1963, quando foi criado um corpo de coordenadores e de técnicos para este sistema de ensino. Antes desta tentativa houve a atividade da SUDENE, na área de alfabetização, mas com a utilização de material didático inadequado.

Em continuidade a esse trabalho, a partir de 1968, registrou-se um esforço no sentido de implantar no Estado um sistema próprio de Supletivo a nível de alfabetização e das 4 séries do antigo primário.

Em relação à alfabetização foi introduzido material didático adequado, reforçado por recursos "audiovisuais", que oferecia grandes possibilidades de aprendizagem.

A nível de primário foi montada uma programação de acordo com as necessidades do adolescente e do adulto. Dentro deste esquema foram elaboradas apostilas destinadas aos alunos dos últimos estágios.

A duração global da programação era de 3 anos, dividida em 6 estágios, com a duração de 90 dias letivos cada.

Ao 1º estágio correspondia a fase de alfabetização, enquanto do 2º ao 6º se desenvolvia o primário supletivo propriamente dito.

O mecanismo de aprovação se efetuava somente no 6º estágio, quando o aluno se candidatava ao ingresso no ginásio, submetendo-se a um exame elaborado pela Divisão de Habilitação de Adolescentes e Adultos.

A passagem de um estágio a outro efetivava-se através de provas semestrais elaboradas pelos professores de cada turma.

Ao nível municipal, o supletivo também teve um funcionamento precário. A organização administrativa era inadequada, assim como

a seleção de professores, que geralmente recaía sobre pessoas com dificuldade de aceitação dos novos métodos e tarefas.

Além da rede supletiva oficial, havia na Capital cursos ministrados por entidades particulares como:

- Cúria Metropolitana/Caritas
- Peace Corps (americana)
- SDB (Sociedade D.Bosco)

2. DADOS QUANTITATIVOS

## 2.1 - Rede Estadual

1969 - 1971

A N O	E S P E C I F I C A Ç Õ E S	LOCALIZAÇÃO		
		CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
<u>1 9 6 9</u>	Alunos	-	22.468	22.468
	Regentes	-	756	756
	Assistentes	-	23	23
	Vice-Diretor	-	71	71
	Unidades Escolares	-	268	268
	Municípios	-	59	59
<u>1 9 7 0</u>	Alunos	-	23.791	23.791
	Regentes	-	783	783
	Assistentes	-	33	33
	Vice-Diretor	-	72	72
	Unidades Escolares	-	270	270
	Municípios	-	58	58
<u>1 9 7 1</u>	Alunos	16.596	22.953	39.551
	Regentes	1.409	783	2.183
	Assistentes	30	29	59
	Vice-Diretor	87	72	169
	Unidades Escolares	120	776	896
	Municípios	1	48	49

FONTE: DIVISÃO DO ENSINO SUPLETIVO - SEC

## 2.2 - Rede Municipal (Capital)

ESPECIFICAÇÕES \ ANO	1969	1970	1971
MATRÍCULA INICIAL	12.549	14.178	13.178
MATRÍCULA FINAL	7.277	10.636	7.956
APROVAÇÕES %	73%	8%	70%
PROFESSORES	293	344	345
CLASSES	293	344	345

FONTE: DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO DA PREFEITURA - SALVADOR

## 3. DADOS ORÇAMENTÁRIOS

## 3.1 - Rede Estadual

<u>1969</u>	Dep. Ensino Primário	50.706.345,00
	Hab. Adol. Adulto	230.588,00
	TOTAL DA SECRETARIA	142.023.262,00
	% de Hab. Adol. Adulto/SEC	0,16
<u>1970</u>	Dep. Ensino Primário	50.222.640,00
	Hab. Adol. Adulto	114.602,00
	TOTAL DA SECRETARIA	158.206.736,00
	% de Hab. Adol. Adulto/SEC	0,07
<u>1971</u>	Dep. Ensino Primário	64.937.000,00
	Hab. Adol. Adulto	82.000,00
	TOTAL DA SECRETARIA	152.385.000,00
	% de Hab. Adol. Adulto/SEC	0,05
<u>1972</u>	Dep. Ensino Primário	83.280.000,00
	Hab. Adol. Adulto	45.000,00
	TOTAL DA SECRETARIA	206.817.000,00
	% de Hab. Adol. Adulto/SEC	0,02

FONTE: ASSESSORIA SETORIAL DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

Os recursos destinados ao ensino de 1º grau estão alocados globalmente sob o item "Div. Ass. Técnico Pedagógica", tornando-se difícil, na prática, discriminar as despesas por áreas de atividade (4) em que se subdivide a Divisão: a) Assistência Técnica Pedagógica do Ensino Primário; b) Organização Escolar; c) Ass. de relações com a Comunidade; d) Habilitação de Adolescentes e Adultos.

Os dados apresentados globalizam as áreas de atividades citadas, sendo que os destinados à Habilitação de Adolescentes tem caráter meramente simbólico.

## 3.2 - REDE MUNICIPAL (SALVADOR)

Em Cr\$ 1.000,00

1970	DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO		T O T A L
	Despesas Correntes	77,20	
	Despesas Capital	26,00	103,20
	TOTAL DA SECRETARIA		
	Despesas Correntes	4.256,20	
	Despesas Capital	72,20	4.328,40
1971	DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO		
	Despesas Correntes	1.627,30	
	Despesas Capital	3.031,20	4.658,50
	TOTAL DA SECRETARIA		
	Despesas Correntes	6.978,70	
	Despesas Capital	3.099,30	10.078,00
1972	DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO		
	Despesas Correntes	611,10	
	Despesas Capital	269,00	880,10
	TOTAL DA SECRETARIA		
	Despesas Correntes	9.243,20	
	Despesas Capital	4.245,90	13.489,10

A SEMEC só mantém escolas no nível primário. Daí, todo o orçamento do Departamento de Educação ser destinado ao Ensino Primário convencional e Supletivo.

A verba para expansão da rede física passou em 1972 para a competência do Gabinete do Secretário. Daí, a queda no orçamento do Departamento de Educação neste último ano. Em 1970, esta também era da competência do Gabinete do Secretário.

#### 4. EDUCAÇÃO INTEGRADA

##### 4.1 - CONVÊNIO SEC/MOBRAL (1972)

O Curso de Educação Integrada do Estado funciona em 2 esquemas, havendo uma pré-seleção dos alunos inscritos.

O 1º esquema é destinado aos alunos alfabetizados e aos que não lograram aprovação para o 2º esquema.

O 2º esquema destina-se aos alunos promovidos do 1º esquema e aos alunos novatos que demonstrarem desenvolvimento suficiente ao nível de Educação Integrada.

Os dados fornecidos pela COEST se referem à matrícula inicial, ao nº de alunos matriculados no dia da aplicação da prova (matrícula final) e ao número de aprovados (alunos que atingiram os conceitos 3 e 4), por esquema (Vide Quadros).

SEC/MOBRAI/1972

## 1º ESQUEMA

MUNICÍPIO	ALUNOS MATRICU- LADOS	MATRÍCULA FINAL (1)	APRO- VAÇÕES	REPROVA- ÇÕES	PRODUTI- VIDADE	EVASÃO MEDIATA	
						TOTAL	%
Ilhéus	652	380	201	179	30,8	272	43,7
Feira de Santana	1.705	1.282	758	524	44,5	421	24,7
Alagoinhas	1.016	828	256	572	25,1	188	18,5
Campo Formoso	99	32	36	46	36,3	17	17,1
Vitória da Conquista	529	280	176	104	53,4	49	14,8
Jacobina	250	174	141	33	56,4	76	30,4
Cachoeira	162	63	32	31	19,7	99	61,1
Itapetinga	210	108	81	27	38,5	102	48,5
Sinões Filho	102	86	59	27	57,3	16	15,6
Terra Nova	36	30	18	12	50,0	6	16,6
Serrinha	159	141	102	39	64,1	18	11,3
Ipiáu	142	45	29	14	20,4	99	69,7
Coaraci	57	40	32	8	56,0	17	29,8
Itaberaba	55	54	28	6	80,0	1	2,8
Euclides da Cunha	84	67	59	8	70,2	17	22,2
Senhor do Bonfim	255	152	107	45	43,2	201	79,4
Cruz das Almas	548	470	315	157	57,1	78	14,2
Paulo Afonso	205	205	148	57	72,1	0	-
Salvador	7.155	5.165	3.006	2.157	42,0	1.992	27,8
Niquel Galmon	50	-	24	-	48,0	-	-
João Sebastião do Passé	126	126	58	68	46,0	0	-
Itabuna	604	525	417	106	69,0	81	13,4
Santo Amaro	222	222	148	74	66,6	0	-
Santo Antonio de Jesus	41	32	24	8	58,5	9	21,9
Castro Alves	160	105	96	9	60,0	55	34,3
Jequié	159	153	60	95	37,7	4	2,5
T O T A L	14.509	10.791	6.585	4.406	44,0	3.718	25,6

- (1) A matrícula final está representada pelo nº de alunos presentes no dia da aplicação das provas finais
- (2) As aprovações correspondem ao total de alunos que obtiveram conceito 3 e 4
- (3) O total foi calculado, não se levando em conta os dados correspondentes aos Municípios onde existe carência de informações.

SEC/MOBRAL/1972

## 2º ESQUEMA

M U N I C Í P I O	ALUNOS MATRICU- LADOS	MATRÍCULA FINAL (1)	APROVA- ÇÕES (2)	REPROVA- ÇÕES	PRODUTI- VIDADE	EVASÃO MEDIATA	
						TOTAL	%
1. Alagoíneas	648	585	420	165	64,8	143	22,0
2. Cruz das Almas	205	182	124	58	61,0	21	10,5
3. Coaraci	21	21	15	6	71,4	-	-
4. Cachoeira	237	230	140	90	48,7	57	19,8
5. Campo Formoso	92	69	55	14	59,7	23	25,0
6. Euclides da Cunha	75	75	62	11	84,9	-	-
7. Feira de Santana	2.921	2.490	1.157	1.333	39,6	431	14,7
8. Ilhéus	712	856	523	265	45,3	126	17,6
9. Itapetinga	195	195	195	-	100,0	-	-
10. Itaberaba	57	56	42	14	73,6	1	1,7
11. Itabuna	605	530	467	65	77,1	75	12,5
12. Jacobina	521	249	209	40	65,1	72	22,4
13. Jequiê	1.061	775	700	75	62,9	286	26,9
14. Mata de São João	196	106	106	-	54,0	-	-
15. Miguel Calmon	41	-	65	-	153,6	-	-
16. Paulo Afonso	414	314	210	134	50,7	70	16,9
17. Stº Antonio de Jesus	206	178	95	85	46,1	28	13,5
18. Senhor do Bonfim	166	128	86	42	51,8	38	22,8
19. Serrinha	155	159	94	45	61,4	14	9,1
20. Salvador	10.221	6.558	4.090	2.243	40,0	3.833	37,9
21. Simões Filho	80	74	64	10	80,0	6	7,5
22. Terra Nova	22	22	22	-	100,0	-	-
23. Valença	89	98	51	57	57,3	1	1,1
24. Vitória da Conquista	618	537	421	116	68,1	81	13,1
T O T A L	19.561	14.265	9.148	4.847	47,2	5.096	26,5

(1) A matrícula final está representada pelo nº de alunos presentes no dia da aplicação das provas finais.

(2) As aprovações correspondem ao total dos alunos que obtiveram conceito 3 e 4.

(3) Idem folha anterior

4.2 - FASE EXPERIMENTAL - 1971

Os dados relativos à fase experimental da Educação Integrada, são apresentados a seguir.

MUNICÍPIO	Data Assinatura Convênio	Alunos Conveniados	MATRÍCULA				APROV.	PROD. %	REPRCV.	EVASÃO		
			INÍCIO	4º MÊS	8º MÊS	12º MÊS				MEDIATA	D.I. %	D.M. %
Alagoinhas	24/05/1971	107	125	116	80	68	14	15,08	54	57	0,15	45,60
Bom Jesus da Lapa	"	250	194	244	114	107	79	31,60	28	87	22,40	44,84
Ilhéus	"	150	115	108	84	80	44	29,35	36	35	25,35	30,45
Itabuna	"	150	141	156	126	90	50	35,35	40	51	6,00	36,17
Jequiê	"	150	117	106	105	76	49	32,66	27	41	22,00	35,04
Santo Amaro	"	262	265	255	189	155	82	31,29	53	150	1,14	49,05
Simões Filho	"	75	68	67	65	75	14	18,66	59	5	9,35	6,66
Vitória da Conquista	"	150	150	150	115	59	21	14,00	58	91	0	60,66
T O T A L		1.294	1.175	1.182	876	615	355	27,27	262	560	9,19	45,27

## 4.3 - CONVÊNIO SEMEC/MOBRAL (1972)

Em 1972, funcionou apenas um convênio, com o Município de Salvador, cujos dados são apresentados abaixo:

ALUNOS CONVENIADOS	19.000
MATRÍCULA INICIAL	9.313
MATRÍCULA FINAL	5.966
EVASÃO	3.347
PROFESSORES (NORMALISTAS)	275
APROVADOS	2.662

PRODUTIVIDADES: 14,0%

Grande preocupação para o Departamento de Educação da Prefeitura de Salvador é que os egressos do curso de Alfabetização do MOBRAL não são absorvidos pela Educação Integrada (não por falta de espaço físico, mas por deficiência de aprendizado dos alunos que não satisfazem o critério de aprovação do teste).(1)

A grande evasão dos alunos da SEMEC justifica-se pela acentuada mobilização e flutuação da população, decorrente de processo intenso de urbanização que caracteriza Salvador, no momento.

---

(1) - Na realidade, a orientação do MOBRAL Central é no sentido de não haver seleção; mas, a falta de vagas quase sempre obriga o teste.